



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – Ata da 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental Noroeste de Minas. Realizada em 04/05/2017 (quatro de maio de dois mil e dezessete), às treze horas, na Câmara Municipal de Unai – Unai/MG.

1 Aos quatro dias de maio de dois mil e dezessete, às treze horas, na Câmara Municipal de
2 Unai – Av. Gov. Valadares, nº 594 – Bairro Centro – Unai/MG. Realizou-se a Nonagésima
3 Primeira Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, do
4 Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Estiveram presentes os seguintes
5 membros: O Presidente Dr. Afonso Rodrigues Boaventura – Supervisor Regional IEF, Dr.
6 Rafael Vilela de Moura – Núcleo Jurídico SUPRAM Noroeste de Minas, os Conselheiros:
7 Adelson Joaquim de Moraes – Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional –
8 SECIR; Helio da Silva Mota – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas –
9 SETOP; Jose dos Anjos Luiz Alves – Polícia Militar Ambiental – Unai/MG; Athaide
10 Francisco Peres Oliveira – Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Cátia Regina de
11 Freitas Rocha – Prefeitura Municipal de Unai; Pedro de Freitas Moreira – Secretaria de
12 Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA; Juarez de Melo Souto – Comitê de Bacia –
13 Paracatu MG SF7; Simone da Silva Neiva Oliveira – Secretaria de Estado de Planejamento e
14 Gestão – SEPLAG; Thiago Rodrigues Cavalcanti – Federação das Indústrias do Estado de
15 Minas Gerais – FIEMG; Ricardo Rodrigues de Almeida – Federação da Agricultura e
16 Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Adeilsa Maria Bonfin – Federação dos
17 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; Alexandra Antunes
18 Matayoshi – Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
19 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Altegnio Batista Dornellas –
20 Associação de Proteção Ambiental de Unai – APA; Antonio Eustáquio Vieira – Movimento
21 Verde Paracatu – MOVER; Leandro Augusto Felix Tavares – Universidade Federal dos
22 Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; Francisco Pinto da Silva – CODEMA –
23 PARACATU. **Afonso – Presidente** – Boa tarde a todos e a todas. Vamos dar início a nossa
24 reunião. Pauta da 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas,
25 do Conselho Estadual de Política Ambiental, COPAM, 04 de maio de 2017. Eu convido a
26 todos, para ouvirem a execução do hino nacional. **Item 1. Execução do Hino Nacional**
27 **Brasileiro.** Eu convido a todos para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Execução do
28 Hino. **2. Abertura pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de**
29 **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Noroeste de**
30 **Minas, Dr. Diogo Soares de Melo Franco. Afonso – Presidente** – Dando continuidade.
31 **Item 2.** Peço licença pra fazer a leitura de um comunicado. Senhores Conselheiros, diante da
32 impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro suplente, representante da SEMAD
33 junto à Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, URC NOR. Conforme, composição
34 estabelecida pela deliberação COPAM 1001/2016, indico o senhor Afonso Rodrigues
35 Boaventura, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Movimento Sustentável, para presidir
36 a 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas que será
37 realizada no dia 04 de maio de 2017 às 13 horas, no município de Unai. Atenciosamente,
38 Diogo Soares de Melo Franco, Subsecretário de Gestão Regional da SEMAD e Presidente
39 da URC Noroeste de Minas. **Item 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** A
40 Palavra está aberta. Ok. Antônio. **Antônio Eustáquio - MOVER** – Alô. Boa tarde a todos.
41 Antônio Eustáquio, Movimento Verde de Paracatu. Queria só fazer um pequeno comentário



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

42 rapidamente. Eu tenho lido com muita calma, tranquilidade, com muito critério, os pareceres
43 da SUPRAM, como também os recursos que, às vezes, são impetrados junto aos processos e
44 eu não sei, como a gente poderia aproveitar essas oportunidades, mas eu queria sugerir para
45 SUPRAM que busque uma maneira de tentar pelo menos um... um... uma... não uma
46 reunião, mas um contato tanto com os técnicos que elaboram projetos pros empreendedores,
47 como também tentar buscar junto aos advogados que às vezes entram com esses recursos, no
48 sentido de que seja construído uma proposta diferente no Noroeste para que os
49 empreendedores tenham, às vezes, as infrações, as punições que, às vezes, acontecem, como
50 exercício pra se melhorar nos procedimentos de implementação dos processos que são
51 licenciados pela SUPRAM, eu acho que é uma oportunidade que a gente tem que pode fazer
52 com que o comportamento dos empreendedores na nossa região mudem um pouco. Eu acho
53 que ninguém é a favor de punição pra... nenhum órgão é a favor de punição pra
54 empreendedores ou pra quaisquer cidadãos que sejam. Então, eu acho que se descobrissem
55 uma fórmula e uma maneira de chamar esse pessoal pra uma conversa, pode ser que os
56 próprios técnicos, empreendedores atuem mais preventivamente né, buscando desenvolver
57 suas ações de uma maneira mais equilibrada possível porque nós sabemos que toda
58 degradação que acontece de uma maneira despercebida ou mesmo maldoso que eu creio
59 que mesmo com esses procedimentos, às vezes acontece porque nem todas pessoas são
60 pessoas que têm boa vontade em trabalhar da melhor maneira possível, mas eu creio que a
61 gente pode melhorar muito a atuação dos empreendedores aqui na nossa região e fazer com
62 que a gente seja um orgulho pro país né. Eu lembro muito bem, quando nós iniciamos o
63 processo de plantio de cana-de-açúcar aqui no Noroeste de Minas. Na ocasião, fazia parte da
64 SUPRAM, da URC e na época, o Doutor Mauro Eloviti era o nosso Promotor e nós
65 conseguimos fazer com que a queima de cana pra ser colhida, não acontecesse no Noroeste
66 de Minas e, quando eu dizia isso pro pessoal que é ativista na área de meio ambiente pelo
67 Brasil a fora, o pessoal duvidava, falava que era mentira, que isso não acontecia aqui. Então,
68 eu falava com eles: “Isso é muito simples ou vocês procurem o Ministério Público da região
69 ou vocês procurem a própria SUPRAM que vocês vão ter essas informações né” e na
70 ocasião, tinha até um Secretário de Meio Ambiente de uma cidade aqui próxima, que era o
71 mesmo da SUPRAM, ele bateu o pé querendo que... os técnicos mais antigos devem
72 lembrar, bateu o pé querendo que a queima fosse autorizada na região, alegando ele que com
73 a queima ia se ter muito mais empregos aqui, deve lembrar disso né. Então, nós
74 conseguimos essa vitória, praticamente por unanimidade e hoje a gente tem o Noroeste de
75 Minas, como referência no cultivo da cana, como a região que nunca houve queima pra
76 acolher. Então, eu acho que, se a gente buscasse um meio de conversar com os técnicos que
77 elaboram projetos para orientarem os empreendedores porque alguns não têm consciência,
78 mas outros têm consciência né, eu acho que a gente poderia facilitar muito mais o trabalho
79 pro pessoal técnico da SUPRAM, como também, a gente teria reuniões com bem menos
80 processos, como nós tivemos na reunião passada com mais de 40 processos aqui, o que
81 acaba causando constrangimento e é um prejuízo muito grande pra região, pros
82 empreendedores e pros descendentes desses empreendedores, como pra todos da sociedade.
83 Ora, essa é a minha fala, muito obrigado, um abraço a todos. **Afonso – Presidente –**
84 **Obrigado, Tonhão. Anotado, obrigado. Major Luis Alves – 16ª Companhia de Meio**
85 **Ambiente de Trânsito - Boa tarde a todos, Major Luis Alves, 16ª Companhia de Meio**
86 **Ambiente de Trânsito, em data de ontem, nós participamos a convite da SUPRAM e da**
87 **FIEMG do lançamento de um programa né, que é FAPE, esse programa visa orientar e**
88 **prestar informações a esses empreendedores que estão irregulares, não têm as autorizações**
89 **de funcionamento e etc. Então, os senhores que têm aí acesso à comunidade, como um**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

90 todos, aos empreendedores aí e que necessitam de algum tipo de autorização de
91 funcionamento, de autorização ambiental, procura a própria SUPRAM ou a FIEMG né
92 porque nós estamos vivendo, conforme foi dito ontem, um acordo de cavalheiros e nos
93 próximos 90 dias né, que teríamos uma “vacatio legis” que, na verdade, é a lei que diz isso,
94 mas, no caso, tem um acordo de cavalheiro aí, que essas pessoas dentro do prazo de 90 dias,
95 podem procurar a FIEMG e a SUPRAM, pra regularizar a sua atividade, após esse prazo,
96 nós já temos conhecimento quais são essas pessoas né e, onde estão, nós vamos iniciar uma
97 fiscalização e aí passado esse prazo de 90 dias, infelizmente as medidas legais são adotadas,
98 eu nem sei, se o pessoal da SUPRAM ia falar sobre, mas, só estou adiantando, para que os
99 senhores tomem conhecimento e orientem aquelas pessoas. **Afonso – Presidente –**
100 Obrigado, Major. Fique à vontade. **Francisco – CODEMA –** Boa tarde a todos. Obrigado aí
101 pela preferência. Vou agradecer à presença aqui do nosso Secretário de Agropecuária e Meio
102 Ambiente, aqui presente no CODEMA lá de Arinos. Obrigado aí pela presença. Senhor
103 Presidente, quero levar a informação a todos os Conselheiros e Conselheiras. Nós estivemos
104 participando dia 12 de abril né, da entrega das obras do projeto de recuperação ambiental, lá
105 na bacia do Rio Pardo, lá especificamente na comunidade de Burá, lá no município de
106 Chapada Gaúcha e esse projeto foi muito importante pra aquela comunidade né, onde
107 realmente é uma área bastante degradada né, então foi muito bom a gente participar e
108 lembrando que esses recursos, eles foram adquiridos, através da outorga de água, através do
109 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e foi também um projeto proposto aí
110 pelo Comitê de Bacia Hidrográfica aqui do Rio Urucuia. Então, já tivemos participando lá
111 nesse dia e ontem, foi levado várias comunidades participando e também a presença dos
112 alunos do Instituto Federal lá do Norte de Minas, do campo de Arinos né, o pessoal, os
113 alunos que tão estudando agropecuária e meio ambiente, então, participou desse dia de
114 campo e foi muito proveitoso, onde, de fato, devolvendo minimamente aquilo foi destruído,
115 através tanto da mão do homem, mas, também da erosão e de vários processos. Então, a
116 gente tivemos lá participando, gostaria aqui de registrar pros colegas companheiros aqui do
117 COPAM. Muito obrigado. **Afonso – Presidente –** Só pro nosso controle, você podia
118 identificar, Francisco. **Francisco – CODEMA Arinos –** Ah, Francisco. Representando o
119 CODEMA de Arinos. **Afonso – Presidente –** Ok. Mais alguém? Obrigado. Vamos passar ao
120 item número 4. **Exame da Ata da 90ª RO de 16/03/2017.** Exame da ata da 90ª Reunião
121 Ordinária de 16 do 03 de 2017. Pode falar Hélio. **Hélio – SETOP –** Eu gostaria de solicitar
122 uma correção só da sigla do DER, na linha, nas linhas aí 628, 629, 637, 650 e 662. Aonde, tá
123 DR é DER. Obrigado. **Afonso – Presidente –** Ok. Mais alguém? Então, passo a votação.
124 Quem for a favor da aprovação da ata, permaneça como está, contra se manifeste ou se
125 abstenha. Aprovado. Vamos passar agora aos processos. **Item 5.** Ok. Ok, Antônio. **Adilson**
126 **– COPASA -** Boa tarde a todos, meu nome é Adilson, servidor da COPASA, representante
127 da Secretaria de Estado e Cidade e Degradação. Eu me abstenho, devido a não ter
128 participado da reunião de 16 de março, ok. **Afonso – Presidente –** Ok. Obrigado. Agora
129 podemos passar ao **item 5. Processo Administrativo para exame de Recurso ao Auto de**
130 **Infração: Item 5.1 Jacuí Agroflorestal Ltda./Fazenda Vimar ou Três Barras - Silvicultura -**
131 **São Gonçalo do Abaeté/MG - PA/Nº 2541/2004/003/2015 - AI/Nº 6.720/2015 -**
132 **Apresentação: Supram NOR. RETORNO DE VISTAS pelo conselheiro Thiago Rodrigues**
133 **Cavalcanti representante da FIEMG. Thiago – FIEMG –** Destaque da FIEMG. **Afonso –**
134 **Presidente –** Ok. Pode fazer uso da palavra já. **Thiago – FIEMG –** Senhor Presidente, eu
135 tenho, na verdade, uma proposta nesse item. O empreendedor fez na sua defesa o pedido de
136 aplicação da atenuante que trata da averbação da reserva legal nesse processo, mas, nesse
137 auto de infração. Ocorre que pelo o que a SUPRAM colocou no parecer o empreendedor não



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

138 fez a averbação de reserva legal, mas, fez a inscrição no cadastro ambiental rural e aí
139 também fazendo a definição da reserva legal nesse cadastramento e tal rural. Apesar, do
140 decreto 44844 determinar que a atenuante ocorre nos casos de averbação de reserva legal, a
141 gente teve todo o nosso ordenamento jurídico sobre reserva legal alterado nos anos de 2012
142 com a legislação federal e no ano de 2013 com a legislação estadual, alterando a necessidade
143 de averbação de reserva legal pela inscrição no cadastro ambiental rural, inclusive, após esse
144 alteração da legislação, a Controladoria Geral de Justiça que faz os provimentos pros
145 cartórios determinando as formas de atuação dos cartórios, fez também a substituição da
146 necessidade de averbação de reserva legal por inscrição no cadastro ambiental rural. Isso foi
147 feito, através do provimento 314, que foi o último, mas antes disso, foram revogados
148 diversos é provimentos que determinavam a averbação da reserva legal, inclusive, alguns
149 cartórios no estado de Minas Gerais, nem mais aceitam fazer a averbação de reserva legal
150 exatamente porque não existe mais os provimentos da Controladoria Geral de Justiça que
151 determinam essa obrigação ao empreendedor. Então, como o empreendedor realizou o
152 cadastro ambiental rural, fez a demarcação da reserva legal e o próprio provimento 314 da
153 Controladoria Geral de Justiça determina que, quando for haver qualquer transferência do
154 imóvel, o documento a ser averbado no cartório é a inscrição no CAR e não mais a reserva
155 legal, existem diversas decisões, inclusive do Tribunal de Justiça que falam sobre a
156 inexigibilidade de averbação de reserva legal e sim inscrição no cadastro ambiental rural, eu
157 queria sugerir a aplicação da atenuante da reserva legal, nesse caso, já que a legislação
158 vigente no que tange a reserva legal está cumprida com a inscrição do imóvel e demarcação
159 da reserva legal no cadastro ambiental rural. É essa a proposta da FIEMG. **Renata –**
160 **SUPRAM NOR** – Quanto a aplicação da atenuante, levando em consideração o CAR. No
161 início, nós tivemos vários questionamentos, quanto a aplicação né, considerando a inscrição
162 CAR. Diante desses questionamentos, a gente fez uma consulta, a SUPRAM Noroeste fez
163 uma consulta a Subsecretaria Processual de Apoio Normativo, diante dessa consulta, foi..
164 é... da manifestação número 01 de 2017, foi nos passado por entendimento da SEMAD é
165 que é inaplicável essa atenuante considerando somente a inscrição no CAR porque a
166 conclusão que aconteceu na manifestação é o seguinte: somente, após, quando de análise do
167 CAR e a aprovação da área pelo órgão é que o conteúdo da reserva legal no CAR será
168 equivalente ao da antiga averbação da reserva legal na matrícula do imóvel é porque hoje,
169 apenas, tem apenas a inscrição, não tem ainda uma aprovação, então o empreendedor ao né,
170 ao escrever ali no CAR, ele coloca uma área de reserva legal que amanhã, ele pode ir lá e
171 alterar porque não traz nenhuma segurança pra SEMAD. Então, esse é o entendimento e nós
172 aplicamos somente nos casos em que ocorre, está averbada essa reserva na matrícula.
173 **Rodrigo – SUPRAM NOR** - Boa tarde, Rodrigo, Diretor de Controle Processual da
174 SUPRAM NOR. Apenas, complementando o que a Renata acabou de informar. O
175 entendimento da SEMAD é justamente em função de que o decreto 44.844 que estabelece
176 hoje os requisitos legais, passíveis de serem condicionados, como... entendidos, como
177 atenuantes e agravantes, são requisitos objetivos, então, se o decreto fala reserva legal
178 averbada e preservada, nós não podemos fazer uma analogia com a forma de regularização
179 ambiental posterior que foi feita especificamente para a reserva legal. Hoje, a norma não
180 exige averbação para regularização, ela é feita pelo CAR, ok. Só que o requisito objetivo do
181 decreto continua a averbação e esse decreto está sendo mudando até que venha alguma
182 alteração dele é pra seguir da forma como está. A averbação específica, inclusive, eu tenho
183 participado do grupo de trabalho que analisa proposta de minuta de alteração do decreto,
184 essa atenuante, ela será também extinguida entendendo que reserva, a preservação de
185 reserva, APP, já não são benefícios ao empreendedor e sim são requisitos legais que ele já



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

186 tem cumprido necessariamente. Então, por isso, a SUPRAM entende que nós temos que
187 continuar mantendo a averbação, como atenuante somente, o CAR não pode ser
188 condicionado, como atenuante. **Thiago – FIEMG** – Mesmo entendendo o posicionamento
189 da SUPRAM, a FIEMG continua com a proposta, por entender que houve a substituição na
190 legislação do instrumento e mesmo que ainda não tenha sido feita a análise desses cadastros
191 ambientais rurais, não foram feitas porque o programa de regularização ambiental ainda não
192 foi lançado pelo estado de Minas Gerais, então, mas, as informações estão lá, colocadas pelo
193 empreendedor, então, por isso, a sugestão de aplicação dessa atenuante. **Afonso –**
194 **Presidente** – Ok. Mais alguém? Vamos passar... Ok, pode falar, Antônio. **Antônio**
195 **Eustáquio – MOVER** – Olha, eu tinha anotado aqui exatamente pra solicitar uma
196 manifestação do jurídico aqui. Mais uma vez, eu quero parabenizar a turma porque a turma
197 tá afiada viu companheiro, tá afiada e craque. Então, eu acho que a história é essa mesma e
198 eu acho que a cada dia que passa, nós estamos caminhando pra uma evolução muito maior
199 na nossa região. Parabéns, concordo plenamente com o posicionamento do jurídico da
200 SUPRAM e acho que o Noroeste está em boas mãos aqui no que diz respeito a análise
201 desses processos. **Ricardo – FAEMG** -. **Afonso – Presidente** – Ok. **Ricardo – FAEMG** –
202 Em comum com o entendimento esposado com o Conselheiro Thiago. Não havendo, hoje,
203 legalidade e mesmo um disciplinamento para que se faça mais as averbações junto aos
204 cartórios de registros de imóveis em razão do surgimento do CAR, então, eu entendo que
205 está sanada a questão da reserva e eu acompanho o entendimento do Conselheiro Thiago,
206 muito obrigado. **Rodrigo – SUPRAM NOR** – Apenas, para informar que a reserva legal
207 pode ser averbada, se o cartório se recusar a averbar, existem os meios legais específicos
208 para fazer que o cartório averbe. Então, a averbação, ela não está proibida, nem está abolida,
209 ela pode ser averbada a qualquer momento e, se o cartório se recusar, existem os meios
210 próprios para o fazê-lo. **Ricardo – FAEMG** – Se, nós temos uma legislação federal que
211 dispensa, que dispensa essa averbação, não tem por que o cartório ser compelido por quem
212 quer que seja, pra poder que se faça a averbação e até mesmo pra poder atender uma
213 legislação infra constitucional ou infra legal em relação a legislação federal. Se, nós temos
214 um decreto do estado que manda, que se faça, mas tem uma lei federal que diz que está
215 abolido, não há que se insistir na questão. **Rodrigo – SUPRAM NOR** – Ressaltando que
216 tanto a legislação federal, quanto a estadual, legislação é... código florestal estadual e
217 federal, eles não aboliram a averbação, apenas, desobrigaram, ela existe. **Ricardo –**
218 **FAEMG** – Muito bem. **Afonso – Presidente** – Ok. **Ricardo – FAEMG** – Ora, se não há
219 obrigação e ninguém está obrigado a fazer nada a não ser em virtude de lei, é princípio
220 constitucional, não tem por que exigir que se faça. **Não se identificou** – Só concluindo. A
221 atenuante que consta no artigo 68 do decreto, ela fala, ela é bem clara ao colocar a averbação
222 no cartório de registro de imóveis, ela não fala em CAR, só pra esclarecer. **Athaíde – MP** –
223 Só fazer um comentário que pela própria leitura do artigo 17 do código florestal. A questão
224 da reserva legal, hoje, ela é facultativa, então, uma vez inscrito no CAR, tal como
225 apresentado pelo correspondente da FIEMG, então a averbação cartorária passa a ser
226 facultativa. Agora, é evidente o conflito normativo, mas, do ponto de vista ambiental, nós
227 não podemos só contentar, vamos dizer assim, com a reserva de papel, necessária a vistoria
228 prévia, a compensação, ou mesmo, a vistoria interna do imóvel. Então, o Ministério Público
229 só faz essa ponderação aí que é factível o conflito normativo exposto pelo doutor Ricardo né
230 e da mesma forma, acompanhando o entendimento da FIEMG. Mas, de outro ponto, a
231 averbação da reserva passa a ser facultativa pelo artigo 17 do código e do ponto de vista
232 ambiental há necessidade não só da declaração no CAR, mas também da vistoria prévia, que
233 essa reserva seja efetivada em termos materiais. É só um posicionamento e até declarando



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

234 que o Ministério Público vai se abster da votação, muito obrigado. **Afonso – Presidente –**
235 Ok. Mais alguém. Bom, então, vamos passar a votação do item 5.1. Quem for a favor do
236 parecer da SUPRAM, permaneça como está, contra se manifeste ou se abstenha. Aprovado o
237 parecer da SUPRAM. **Thiago – FIEMG –** O voto favorável ao parecer, mas com a
238 aplicação da atenuante da reserva legal. **CBH Paracatu –** Abstenção por dúvidas reais de
239 averbação da reserva no conhecimento prático da coisa. **Ricardo – FAEMG –** Eu também
240 quero dizer que estou acompanhando o voto da SUPRAM, com essa ressalva da questão da
241 atenuante aí. O espírito da discussão é apenas em relação a isso. **Afonso – Presidente –**
242 Aprovado. Vamos passar ao **item 6. Processo Administrativo para exame de Recurso de**
243 **Alteração de Condicionante da Licença de Operação:** Item 6.1 Agrícola Xingu S.A. -
244 Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento
245 ou classificação, Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos -Unaí/MG - PA/Nº
246 12358/2006/003/2013 - Classes 3 - Condicionante 01. Apresentação: Supram NOR. Vamos
247 passar a votação. Quem for a favor do parecer da SUPRAM, permaneça como está, contra se
248 manifeste ou se abstenha. Aprovado. **Item 7. Avaliação Ambiental Integrada - AAI da**
249 **Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - UPGRH do Alto Rio**
250 **Paranaíba - PN1.** Apresentação: Grupo de empreendedores Minas PCH S.A./Energest S.A.
251 (EDP)/AEL Atividade Empresarial com o acompanhamento da Diretoria de Estudos e
252 Projetos Ambientais – DEPA/SUGA/SEMAD. Vocês podem fazer a apresentação, podem
253 iniciar. Microfone, por favor. **Breno – Empresa SET –** Boa tarde a todos. Meu nome é
254 Breno, eu sou da empresa SET e fui o Coordenador responsável pela elaboração dessa
255 avaliação ambiental integrada, que é da UPGRH Alto Rio Paranaíba e das Sub Bacias dos
256 Rios São Marcos e Verde. Os empreendedores responsáveis por essa avaliação ambiental
257 integrada é a Minas PCH a EDP e a AEL Atividade Empresarial. Eu vou falar aqui sobre a
258 estrutura dessa avaliação ambiental integrada e dessa avaliação. A gente vai começar com
259 históricos e objetivos. Falar sobre a abrangência desse estudo, o cenário e avaliação desse
260 estudo, a estrutura metodológica geral de uma avaliação ambiental integrada. A etapa de
261 caracterização, como que foi feita. A etapa de avaliação ambiental distribuída e os conflitos
262 existentes nessa UPGRH, a etapa de avaliação ambiental integrada, avaliação que a, a
263 avaliação ambiental integrada propriamente dita, as considerações finais, diretrizes de
264 recomendações que é o principal produto de um documento desse e a equipe técnica
265 responsável, eu devo gastar nessa apresentação em torno de 1 hora tá, que é um documento
266 um pouco complexo, mas eu vou tentar ser o mais esclarecedor possível aqui na
267 apresentação. Então, os históricos e objetivos. Primeiramente, pode dar um clique. Em 2012,
268 tem esse DN COPAM, que é a DN 175 que exige que sejam realizadas avaliações
269 ambientais integrada no estado de Minas Gerais para regulamentação de empreendimentos
270 hidrelétricos. Em seguida, em 2013, tem a solicitação de autorização junto à SEMAD pra
271 realização e elaboração dessa avaliação ambiental integrada. Em 2014, a SEMAD por meio
272 da resolução 2.196 determina a elaboração da avaliação ambiental integrada da UPGRH
273 PN1. Em 2015, em fevereiro, a Minas PCH, a AEL e a EDP protocolam a avaliação
274 ambiental integrada na SUPRAM. Em outubro, a gente tem o atendimento as informações
275 complementares número 1, que foi solicitadas pela SEMAD. Já em março de 2016, a gente
276 tem o atendimento a uma segunda informação complementar solicitada pela SEMAD e em
277 junho desse mesmo ano o atendimento as informações complementares número 3 e em
278 2017, pode passar. Em fevereiro, a resolução SEMAD número 2.464, tem o acatamento da
279 avaliação ambiental integrada da UPGRH PN1, como instrumento de gestão ambiental no
280 estado de Minas Gerais. Pode passar. Bom, uma coisa assim que, voltando lá na questão do
281 histórico, quero deixar bem claro é que a metodologia dessa avaliação ambiental integrada,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – Ata da 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental Noroeste de Minas. Realizada em 04/05/2017 (quatro de maio de dois mil e dezessete), às treze horas, na Câmara Municipal de Unai – Unai/MG.

1 Aos quatro dias de maio de dois mil e dezessete, às treze horas, na Câmara Municipal de
2 Unai – Av. Gov. Valadares, nº 594 – Bairro Centro – Unai/MG. Realizou-se a Nonagésima
3 Primeira Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, do
4 Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Estiveram presentes os seguintes
5 membros: O Presidente Dr. Afonso Rodrigues Boaventura – Supervisor Regional IEF, Dr.
6 Rafael Vilela de Moura – Núcleo Jurídico SUPRAM Noroeste de Minas, os Conselheiros:
7 Adelson Joaquim de Moraes – Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional –
8 SECIR; Helio da Silva Mota – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas –
9 SETOP; Jose dos Anjos Luiz Alves – Polícia Militar Ambiental – Unai/MG; Athaide
10 Francisco Peres Oliveira – Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Cátia Regina de
11 Freitas Rocha – Prefeitura Municipal de Unai; Pedro de Freitas Moreira – Secretaria de
12 Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA; Juarez de Melo Souto – Comitê de Bacia –
13 Paracatu MG SF7; Simone da Silva Neiva Oliveira – Secretaria de Estado de Planejamento e
14 Gestão – SEPLAG; Thiago Rodrigues Cavalcanti – Federação das Indústrias do Estado de
15 Minas Gerais – FIEMG; Ricardo Rodrigues de Almeida – Federação da Agricultura e
16 Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Adeilsa Maria Bonfin – Federação dos
17 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; Alexandra Antunes
18 Matayoshi – Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
19 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Altegnio Batista Dornellas –
20 Associação de Proteção Ambiental de Unai – APA; Antonio Eustáquio Vieira – Movimento
21 Verde Paracatu – MOVER; Leandro Augusto Felix Tavares – Universidade Federal dos
22 Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; Francisco Pinto da Silva – CODEMA –
23 PARACATU. **Afonso – Presidente** – Boa tarde a todos e a todas. Vamos dar início a nossa
24 reunião. Pauta da 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas,
25 do Conselho Estadual de Política Ambiental, COPAM, 04 de maio de 2017. Eu convido a
26 todos, para ouvirem a execução do hino nacional. **Item 1. Execução do Hino Nacional**
27 **Brasileiro.** Eu convido a todos para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Execução do
28 Hino. **2. Abertura pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de**
29 **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Noroeste de**
30 **Minas, Dr. Diogo Soares de Melo Franco. Afonso – Presidente** – Dando continuidade.
31 **Item 2.** Peço licença pra fazer a leitura de um comunicado. Senhores Conselheiros, diante da
32 impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro suplente, representante da SEMAD
33 junto à Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, URC NOR. Conforme, composição
34 estabelecida pela deliberação COPAM 1001/2016, indico o senhor Afonso Rodrigues
35 Boaventura, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Movimento Sustentável, para presidir
36 a 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas que será
37 realizada no dia 04 de maio de 2017 às 13 horas, no município de Unai. Atenciosamente,
38 Diogo Soares de Melo Franco, Subsecretário de Gestão Regional da SEMAD e Presidente
39 da URC Noroeste de Minas. **Item 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** A
40 Palavra está aberta. Ok. Antônio. **Antônio Eustáquio - MOVER** – Alô. Boa tarde a todos.
41 Antônio Eustáquio, Movimento Verde de Paracatu. Queria só fazer um pequeno comentário



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

42 rapidamente. Eu tenho lido com muita calma, tranquilidade, com muito critério, os pareceres
43 da SUPRAM, como também os recursos que, às vezes, são impetrados junto aos processos e
44 eu não sei, como a gente poderia aproveitar essas oportunidades, mas eu queria sugerir para
45 SUPRAM que busque uma maneira de tentar pelo menos um... um... uma... não uma
46 reunião, mas um contato tanto com os técnicos que elaboram projetos pros empreendedores,
47 como também tentar buscar junto aos advogados que às vezes entram com esses recursos, no
48 sentido de que seja construído uma proposta diferente no Noroeste para que os
49 empreendedores tenham, às vezes, as infrações, as punições que, às vezes, acontecem, como
50 exercício pra se melhorar nos procedimentos de implementação dos processos que são
51 licenciados pela SUPRAM, eu acho que é uma oportunidade que a gente tem que pode fazer
52 com que o comportamento dos empreendedores na nossa região mudem um pouco. Eu acho
53 que ninguém é a favor de punição pra... nenhum órgão é a favor de punição pra
54 empreendedores ou pra quaisquer cidadãos que sejam. Então, eu acho que se descobrissem
55 uma fórmula e uma maneira de chamar esse pessoal pra uma conversa, pode ser que os
56 próprios técnicos, empreendedores atuem mais preventivamente né, buscando desenvolver
57 suas ações de uma maneira mais equilibrada possível porque nós sabemos que toda
58 degradação que acontece de uma maneira despercebida ou mesmo maldoso que eu creio
59 que mesmo com esses procedimentos, às vezes acontece porque nem todas pessoas são
60 pessoas que têm boa vontade em trabalhar da melhor maneira possível, mas eu creio que a
61 gente pode melhorar muito a atuação dos empreendedores aqui na nossa região e fazer com
62 que a gente seja um orgulho pro país né. Eu lembro muito bem, quando nós iniciamos o
63 processo de plantio de cana-de-açúcar aqui no Noroeste de Minas. Na ocasião, fazia parte da
64 SUPRAM, da URC e na época, o Doutor Mauro Eloviti era o nosso Promotor e nós
65 conseguimos fazer com que a queima de cana pra ser colhida, não acontecesse no Noroeste
66 de Minas e, quando eu dizia isso pro pessoal que é ativista na área de meio ambiente pelo
67 Brasil a fora, o pessoal duvidava, falava que era mentira, que isso não acontecia aqui. Então,
68 eu falava com eles: “Isso é muito simples ou vocês procurem o Ministério Público da região
69 ou vocês procurem a própria SUPRAM que vocês vão ter essas informações né” e na
70 ocasião, tinha até um Secretário de Meio Ambiente de uma cidade aqui próxima, que era o
71 mesmo da SUPRAM, ele bateu o pé querendo que... os técnicos mais antigos devem
72 lembrar, bateu o pé querendo que a queima fosse autorizada na região, alegando ele que com
73 a queima ia se ter muito mais empregos aqui, deve lembrar disso né. Então, nós
74 conseguimos essa vitória, praticamente por unanimidade e hoje a gente tem o Noroeste de
75 Minas, como referência no cultivo da cana, como a região que nunca houve queima pra
76 acolher. Então, eu acho que, se a gente buscasse um meio de conversar com os técnicos que
77 elaboram projetos para orientarem os empreendedores porque alguns não têm consciência,
78 mas outros têm consciência né, eu acho que a gente poderia facilitar muito mais o trabalho
79 pro pessoal técnico da SUPRAM, como também, a gente teria reuniões com bem menos
80 processos, como nós tivemos na reunião passada com mais de 40 processos aqui, o que
81 acaba causando constrangimento e é um prejuízo muito grande pra região, pros
82 empreendedores e pros descendentes desses empreendedores, como pra todos da sociedade.
83 Ora, essa é a minha fala, muito obrigado, um abraço a todos. **Afonso – Presidente –**
84 **Obrigado, Tonhão. Anotado, obrigado. Major Luis Alves – 16ª Companhia de Meio**
85 **Ambiente de Trânsito** - Boa tarde a todos, Major Luis Alves, 16ª Companhia de Meio
86 Ambiente de Trânsito, em data de ontem, nós participamos a convite da SUPRAM e da
87 FIEMG do lançamento de um programa né, que é FAPE, esse programa visa orientar e
88 prestar informações a esses empreendedores que estão irregulares, não têm as autorizações
89 de funcionamento e etc. Então, os senhores que têm aí acesso à comunidade, como um



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – Ata da 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental Noroeste de Minas. Realizada em 04/05/2017 (quatro de maio de dois mil e dezessete), às treze horas, na Câmara Municipal de Unai – Unai/MG.

1 Aos quatro dias de maio de dois mil e dezessete, às treze horas, na Câmara Municipal de
2 Unai – Av. Gov. Valadares, nº 594 – Bairro Centro – Unai/MG. Realizou-se a Nonagésima
3 Primeira Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, do
4 Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Estiveram presentes os seguintes
5 membros: O Presidente Dr. Afonso Rodrigues Boaventura – Supervisor Regional IEF, Dr.
6 Rafael Vilela de Moura – Núcleo Jurídico SUPRAM Noroeste de Minas, os Conselheiros:
7 Adelson Joaquim de Moraes – Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional –
8 SECIR; Helio da Silva Mota – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas –
9 SETOP; Jose dos Anjos Luiz Alves – Polícia Militar Ambiental – Unai/MG; Athaide
10 Francisco Peres Oliveira – Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Cátia Regina de
11 Freitas Rocha – Prefeitura Municipal de Unai; Pedro de Freitas Moreira – Secretaria de
12 Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA; Juarez de Melo Souto – Comitê de Bacia –
13 Paracatu MG SF7; Simone da Silva Neiva Oliveira – Secretaria de Estado de Planejamento e
14 Gestão – SEPLAG; Thiago Rodrigues Cavalcanti – Federação das Indústrias do Estado de
15 Minas Gerais – FIEMG; Ricardo Rodrigues de Almeida – Federação da Agricultura e
16 Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Adeilsa Maria Bonfin – Federação dos
17 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; Alexandra Antunes
18 Matayoshi – Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
19 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Altegno Batista Dornellas –
20 Associação de Proteção Ambiental de Unai – APA; Antonio Eustáquio Vieira – Movimento
21 Verde Paracatu – MOVER; Leandro Augusto Felix Tavares – Universidade Federal dos
22 Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; Francisco Pinto da Silva – CODEMA –
23 PARACATU. **Afonso – Presidente** – Boa tarde a todos e a todas. Vamos dar início a nossa
24 reunião. Pauta da 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas,
25 do Conselho Estadual de Política Ambiental, COPAM, 04 de maio de 2017. Eu convido a
26 todos, para ouvirem a execução do hino nacional. **Item 1. Execução do Hino Nacional**
27 **Brasileiro.** Eu convido a todos para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Execução do
28 Hino. **2. Abertura pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de**
29 **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Noroeste de**
30 **Minas, Dr. Diogo Soares de Melo Franco. Afonso – Presidente** – Dando continuidade.
31 **Item 2.** Peço licença pra fazer a leitura de um comunicado. Senhores Conselheiros, diante da
32 impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro suplente, representante da SEMAD
33 junto à Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, URC NOR. Conforme, composição
34 estabelecida pela deliberação COPAM 1001/2016, indico o senhor Afonso Rodrigues
35 Boaventura, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Movimento Sustentável, para presidir
36 a 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas que será
37 realizada no dia 04 de maio de 2017 às 13 horas, no município de Unai. Atenciosamente,
38 Diogo Soares de Melo Franco, Subsecretário de Gestão Regional da SEMAD e Presidente
39 da URC Noroeste de Minas. **Item 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** A
40 Palavra está aberta. Ok. Antônio. **Antônio Eustáquio - MOVER** – Alô. Boa tarde a todos.
41 Antônio Eustáquio, Movimento Verde de Paracatu. Queria só fazer um pequeno comentário



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

42 rapidamente. Eu tenho lido com muita calma, tranquilidade, com muito critério, os pareceres
43 da SUPRAM, como também os recursos que, às vezes, são impetrados junto aos processos e
44 eu não sei, como a gente poderia aproveitar essas oportunidades, mas eu queria sugerir para
45 SUPRAM que busque uma maneira de tentar pelo menos um... um... uma... não uma
46 reunião, mas um contato tanto com os técnicos que elaboram projetos pros empreendedores,
47 como também tentar buscar junto aos advogados que às vezes entram com esses recursos, no
48 sentido de que seja construído uma proposta diferente no Noroeste para que os
49 empreendedores tenham, às vezes, as infrações, as punições que, às vezes, acontecem, como
50 exercício pra se melhorar nos procedimentos de implementação dos processos que são
51 licenciados pela SUPRAM, eu acho que é uma oportunidade que a gente tem que pode fazer
52 com que o comportamento dos empreendedores na nossa região mudem um pouco. Eu acho
53 que ninguém é a favor de punição pra... nenhum órgão é a favor de punição pra
54 empreendedores ou pra quaisquer cidadãos que sejam. Então, eu acho que se descobrissem
55 uma fórmula e uma maneira de chamar esse pessoal pra uma conversa, pode ser que os
56 próprios técnicos, empreendedores atuem mais preventivamente né, buscando desenvolver
57 suas ações de uma maneira mais equilibrada possível porque nós sabemos que toda
58 degradação que acontece de uma maneira despercebida ou mesmo maldoso que eu creio
59 que mesmo com esses procedimentos, às vezes acontece porque nem todas pessoas são
60 pessoas que têm boa vontade em trabalhar da melhor maneira possível, mas eu creio que a
61 gente pode melhorar muito a atuação dos empreendedores aqui na nossa região e fazer com
62 que a gente seja um orgulho pro país né. Eu lembro muito bem, quando nós iniciamos o
63 processo de plantio de cana-de-açúcar aqui no Noroeste de Minas. Na ocasião, fazia parte da
64 SUPRAM, da URC e na época, o Doutor Mauro Eloviti era o nosso Promotor e nós
65 conseguimos fazer com que a queima de cana pra ser colhida, não acontecesse no Noroeste
66 de Minas e, quando eu dizia isso pro pessoal que é ativista na área de meio ambiente pelo
67 Brasil a fora, o pessoal duvidava, falava que era mentira, que isso não acontecia aqui. Então,
68 eu falava com eles: “Isso é muito simples ou vocês procurem o Ministério Público da região
69 ou vocês procurem a própria SUPRAM que vocês vão ter essas informações né” e na
70 ocasião, tinha até um Secretário de Meio Ambiente de uma cidade aqui próxima, que era o
71 mesmo da SUPRAM, ele bateu o pé querendo que... os técnicos mais antigos devem
72 lembrar, bateu o pé querendo que a queima fosse autorizada na região, alegando ele que com
73 a queima ia se ter muito mais empregos aqui, deve lembrar disso né. Então, nós
74 conseguimos essa vitória, praticamente por unanimidade e hoje a gente tem o Noroeste de
75 Minas, como referência no cultivo da cana, como a região que nunca houve queima pra
76 acolher. Então, eu acho que, se a gente buscasse um meio de conversar com os técnicos que
77 elaboram projetos para orientarem os empreendedores porque alguns não têm consciência,
78 mas outros têm consciência né, eu acho que a gente poderia facilitar muito mais o trabalho
79 pro pessoal técnico da SUPRAM, como também, a gente teria reuniões com bem menos
80 processos, como nós tivemos na reunião passada com mais de 40 processos aqui, o que
81 acaba causando constrangimento e é um prejuízo muito grande pra região, pros
82 empreendedores e pros descendentes desses empreendedores, como pra todos da sociedade.
83 Ora, essa é a minha fala, muito obrigado, um abraço a todos. **Afonso – Presidente –**
84 **Obrigado, Tonhão. Anotado, obrigado. Major Luis Alves – 16ª Companhia de Meio**
85 **Ambiente de Trânsito -** Boa tarde a todos, Major Luis Alves, 16ª Companhia de Meio
86 Ambiente de Trânsito, em data de ontem, nós participamos a convite da SUPRAM e da
87 FIEMG do lançamento de um programa né, que é FAPE, esse programa visa orientar e
88 prestar informações a esses empreendedores que estão irregulares, não têm as autorizações
89 de funcionamento e etc. Então, os senhores que têm aí acesso à comunidade, como um



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

90 todos, aos empreendedores aí e que necessitam de algum tipo de autorização de
91 funcionamento, de autorização ambiental, procura a própria SUPRAM ou a FIEMG né
92 porque nós estamos vivendo, conforme foi dito ontem, um acordo de cavalheiros e nos
93 próximos 90 dias né, que teríamos uma “vacatio legis” que, na verdade, é a lei que diz isso,
94 mas, no caso, tem um acordo de cavalheiro aí, que essas pessoas dentro do prazo de 90 dias,
95 podem procurar a FIEMG e a SUPRAM, pra regularizar a sua atividade, após esse prazo,
96 nós já temos conhecimento quais são essas pessoas né e, onde estão, nós vamos iniciar uma
97 fiscalização e aí passado esse prazo de 90 dias, infelizmente as medidas legais são adotadas,
98 eu nem sei, se o pessoal da SUPRAM ia falar sobre, mas, só estou adiantando, para que os
99 senhores tomem conhecimento e orientem aquelas pessoas. **Afonso – Presidente –**
100 **Obrigado, Major. Fique à vontade. Francisco – CODEMA –** Boa tarde a todos. Obrigado aí
101 pela preferência. Vou agradecer à presença aqui do nosso Secretário de Agropecuária e Meio
102 Ambiente, aqui presente no CODEMA lá de Arinos. Obrigado aí pela presença. Senhor
103 Presidente, quero levar a informação a todos os Conselheiros e Conselheiras. Nós estivemos
104 participando dia 12 de abril né, da entrega das obras do projeto de recuperação ambiental, lá
105 na bacia do Rio Pardo, lá especificamente na comunidade de Burá, lá no município de
106 Chapada Gaúcha e esse projeto foi muito importante pra aquela comunidade né, onde
107 realmente é uma área bastante degradada né, então foi muito bom a gente participar e
108 lembrando que esses recursos, eles foram adquiridos, através da outorga de água, através do
109 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e foi também um projeto proposto aí
110 pelo Comitê de Bacia Hidrográfica aqui do Rio Urucuia. Então, já tivemos participando lá
111 nesse dia e ontem, foi levado várias comunidades participando e também a presença dos
112 alunos do Instituto Federal lá do Norte de Minas, do campo de Arinos né, o pessoal, os
113 alunos que tão estudando agropecuária e meio ambiente, então, participou desse dia de
114 campo e foi muito proveitoso, onde, de fato, devolvendo minimamente aquilo foi destruído,
115 através tanto da mão do homem, mas, também da erosão e de vários processos. Então, a
116 gente tivemos lá participando, gostaria aqui de registrar pros colegas companheiros aqui do
117 COPAM. Muito obrigado. **Afonso – Presidente –** Só pro nosso controle, você podia
118 identificar, Francisco. **Francisco – CODEMA Arinos –** Ah, Francisco. Representando o
119 CODEMA de Arinos. **Afonso – Presidente –** Ok. Mais alguém? Obrigado. Vamos passar ao
120 item número 4. **Exame da Ata da 90ª RO de 16/03/2017.** Exame da ata da 90ª Reunião
121 Ordinária de 16 do 03 de 2017. Pode falar Hélio. **Hélio – SETOP –** Eu gostaria de solicitar
122 uma correção só da sigla do DER, na linha, nas linhas aí 628, 629, 637, 650 e 662. Aonde, tá
123 DR é DER. Obrigado. **Afonso – Presidente –** Ok. Mais alguém? Então, passo a votação.
124 Quem for a favor da aprovação da ata, permaneça como está, contra se manifeste ou se
125 abstenha. Aprovado. Vamos passar agora aos processos. **Item 5.** Ok. Ok, Antônio. **Adilson**
126 **– COPASA -** Boa tarde a todos, meu nome é Adilson, servidor da COPASA, representante
127 da Secretaria de Estado e Cidade e Degradação. Eu me abstenho, devido a não ter
128 participado da reunião de 16 de março, ok. **Afonso – Presidente –** Ok. Obrigado. Agora
129 podemos passar ao **item 5. Processo Administrativo para exame de Recurso ao Auto de**
130 **Infração: Item 5.1** Jacuí Agroflorestal Ltda./Fazenda Vimar ou Três Barras - Silvicultura -
131 São Gonçalo do Abaeté/MG - PA/Nº 2541/2004/003/2015 - AI/Nº 6.720/2015 -
132 Apresentação: Supram NOR. RETORNO DE VISTAS pelo conselheiro Thiago Rodrigues
133 Cavalcanti representante da FIEMG. **Thiago – FIEMG –** Destaque da FIEMG. **Afonso –**
134 **Presidente –** Ok. Pode fazer uso da palavra já. **Thiago – FIEMG –** Senhor Presidente, eu
135 tenho, na verdade, uma proposta nesse item. O empreendedor fez na sua defesa o pedido de
136 aplicação da atenuante que trata da averbação da reserva legal nesse processo, mas, nesse
137 auto de infração. Ocorre que pelo o que a SUPRAM colocou no parecer o empreendedor não



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

138 fez a averbação de reserva legal, mas, fez a inscrição no cadastro ambiental rural e aí
139 também fazendo a definição da reserva legal nesse cadastramento e tal rural. Apesar, do
140 decreto 44844 determinar que a atenuante ocorre nos casos de averbação de reserva legal, a
141 gente teve todo o nosso ordenamento jurídico sobre reserva legal alterado nos anos de 2012
142 com a legislação federal e no ano de 2013 com a legislação estadual, alterando a necessidade
143 de averbação de reserva legal pela inscrição no cadastro ambiental rural, inclusive, após esse
144 alteração da legislação, a Controladoria Geral de Justiça que faz os provimentos pros
145 cartórios determinando as formas de atuação dos cartórios, fez também a substituição da
146 necessidade de averbação de reserva legal por inscrição no cadastro ambiental rural. Isso foi
147 feito, através do provimento 314, que foi o último, mas antes disso, foram revogados
148 diversos é provimentos que determinavam a averbação da reserva legal, inclusive, alguns
149 cartórios no estado de Minas Gerais, nem mais aceitam fazer a averbação de reserva legal
150 exatamente porque não existe mais os provimentos da Controladoria Geral de Justiça que
151 determinam essa obrigação ao empreendedor. Então, como o empreendedor realizou o
152 cadastro ambiental rural, fez a demarcação da reserva legal e o próprio provimento 314 da
153 Controladoria Geral de Justiça determina que, quando for haver qualquer transferência do
154 imóvel, o documento a ser averbado no cartório é a inscrição no CAR e não mais a reserva
155 legal, existem diversas decisões, inclusive do Tribunal de Justiça que falam sobre a
156 inexigibilidade de averbação de reserva legal e sim inscrição no cadastro ambiental rural, eu
157 queria sugerir a aplicação da atenuante da reserva legal, nesse caso, já que a legislação
158 vigente no que tange a reserva legal está cumprida com a inscrição do imóvel e demarcação
159 da reserva legal no cadastro ambiental rural. É essa a proposta da FIEMG. **Renata –**
160 **SUPRAM NOR** – Quanto a aplicação da atenuante, levando em consideração o CAR. No
161 início, nós tivemos vários questionamentos, quanto a aplicação né, considerando a inscrição
162 CAR. Diante desses questionamentos, a gente fez uma consulta, a SUPRAM Noroeste fez
163 uma consulta a Subsecretaria Processual de Apoio Normativo, diante dessa consulta, foi..
164 é... da manifestação número 01 de 2017, foi nos passado por entendimento da SEMAD é
165 que é inaplicável essa atenuante considerando somente a inscrição no CAR porque a
166 conclusão que aconteceu na manifestação é o seguinte: somente, após, quando de análise do
167 CAR e a aprovação da área pelo órgão é que o conteúdo da reserva legal no CAR será
168 equivalente ao da antiga averbação da reserva legal na matrícula do imóvel é porque hoje,
169 apenas, tem apenas a inscrição, não tem ainda uma aprovação, então o empreendedor ao né,
170 ao escrever ali no CAR, ele coloca uma área de reserva legal que amanhã, ele pode ir lá e
171 alterar porque não traz nenhuma segurança pra SEMAD. Então, esse é o entendimento e nós
172 aplicamos somente nos casos em que ocorre, está averbada essa reserva na matrícula.
173 **Rodrigo – SUPRAM NOR** - Boa tarde, Rodrigo, Diretor de Controle Processual da
174 SUPRAM NOR. Apenas, complementando o que a Renata acabou de informar. O
175 entendimento da SEMAD é justamente em função de que o decreto 44.844 que estabelece
176 hoje os requisitos legais, passíveis de serem condicionados, como... entendidos, como
177 atenuantes e agravantes, são requisitos objetivos, então, se o decreto fala reserva legal
178 averbada e preservada, nós não podemos fazer uma analogia com a forma de regularização
179 ambiental posterior que foi feita especificamente para a reserva legal. Hoje, a norma não
180 exige averbação para regularização, ela é feita pelo CAR, ok. Só que o requisito objetivo do
181 decreto continua a averbação e esse decreto está sendo mudando até que venha alguma
182 alteração dele é pra seguir da forma como está. A averbação específica, inclusive, eu tenho
183 participado do grupo de trabalho que analisa proposta de minuta de alteração do decreto,
184 essa atenuante, ela será também extinguida entendendo que reserva, a preservação de
185 reserva, APP, já não são benefícios ao empreendedor e sim são requisitos legais que ele já



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

186 tem cumprido necessariamente. Então, por isso, a SUPRAM entende que nós temos que
187 continuar mantendo a averbação, como atenuante somente, o CAR não pode ser
188 condicionado, como atenuante. **Thiago – FIEMG** – Mesmo entendendo o posicionamento
189 da SUPRAM, a FIEMG continua com a proposta, por entender que houve a substituição na
190 legislação do instrumento e mesmo que ainda não tenha sido feita a análise desses cadastros
191 ambientais rurais, não foram feitas porque o programa de regularização ambiental ainda não
192 foi lançado pelo estado de Minas Gerais, então, mas, as informações estão lá, colocadas pelo
193 empreendedor, então, por isso, a sugestão de aplicação dessa atenuante. **Afonso –**
194 **Presidente** – Ok. Mais alguém? Vamos passar... Ok, pode falar, Antônio. **Antônio**
195 **Eustáquio – MOVER** – Olha, eu tinha anotado aqui exatamente pra solicitar uma
196 manifestação do jurídico aqui. Mais uma vez, eu quero parabenizar a turma porque a turma
197 tá afiada viu companheiro, tá afiada e craque. Então, eu acho que a história é essa mesma e
198 eu acho que a cada dia que passa, nós estamos caminhando pra uma evolução muito maior
199 na nossa região. Parabéns, concordo plenamente com o posicionamento do jurídico da
200 SUPRAM e acho que o Noroeste está em boas mãos aqui no que diz respeito a análise
201 desses processos. **Ricardo – FAEMG** -. **Afonso – Presidente** – Ok. **Ricardo – FAEMG** –
202 Em comum com o entendimento esposado com o Conselheiro Thiago. Não havendo, hoje,
203 legalidade e mesmo um disciplinamento para que se faça mais as averbações junto aos
204 cartórios de registros de imóveis em razão do surgimento do CAR, então, eu entendo que
205 está sanada a questão da reserva e eu acompanho o entendimento do Conselheiro Thiago,
206 muito obrigado. **Rodrigo – SUPRAM NOR** – Apenas, para informar que a reserva legal
207 pode ser averbada, se o cartório se recusar a averbar, existem os meios legais específicos
208 para fazer que o cartório averbe. Então, a averbação, ela não está proibida, nem está abolida,
209 ela pode ser averbada a qualquer momento e, se o cartório se recusar, existem os meios
210 próprios para o fazê-lo. **Ricardo – FAEMG** – Se, nós temos uma legislação federal que
211 dispensa, que dispensa essa averbação, não tem por que o cartório ser compelido por quem
212 quer que seja, pra poder que se faça a averbação e até mesmo pra poder atender uma
213 legislação infra constitucional ou infra legal em relação a legislação federal. Se, nós temos
214 um decreto do estado que manda, que se faça, mas tem uma lei federal que diz que está
215 abolido, não há que se insistir na questão. **Rodrigo – SUPRAM NOR** – Ressaltando que
216 tanto a legislação federal, quanto a estadual, legislação é... código florestal estadual e
217 federal, eles não aboliram a averbação, apenas, desobrigaram, ela existe. **Ricardo –**
218 **FAEMG** – Muito bem. **Afonso – Presidente** – Ok. **Ricardo – FAEMG** – Ora, se não há
219 obrigação e ninguém está obrigado a fazer nada a não ser em virtude de lei, é princípio
220 constitucional, não tem por que exigir que se faça. **Não se identificou** – Só concluindo. A
221 atenuante que consta no artigo 68 do decreto, ela fala, ela é bem clara ao colocar a averbação
222 no cartório de registro de imóveis, ela não fala em CAR, só pra esclarecer. **Athaíde – MP** –
223 Só fazer um comentário que pela própria leitura do artigo 17 do código florestal. A questão
224 da reserva legal, hoje, ela é facultativa, então, uma vez inscrito no CAR, tal como
225 apresentado pelo correspondente da FIEMG, então a averbação cartorária passa a ser
226 facultativa. Agora, é evidente o conflito normativo, mas, do ponto de vista ambiental, nós
227 não podemos só contentar, vamos dizer assim, com a reserva de papel, necessária a vistoria
228 prévia, a compensação, ou mesmo, a vistoria interna do imóvel. Então, o Ministério Público
229 só faz essa ponderação aí que é factível o conflito normativo exposto pelo doutor Ricardo né
230 e da mesma forma, acompanhando o entendimento da FIEMG. Mas, de outro ponto, a
231 averbação da reserva passa a ser facultativa pelo artigo 17 do código e do ponto de vista
232 ambiental há necessidade não só da declaração no CAR, mas também da vistoria prévia, que
233 essa reserva seja efetivada em termos materiais. É só um posicionamento e até declarando



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

234 que o Ministério Público vai se abster da votação, muito obrigado. **Afonso – Presidente –**
235 Ok. Mais alguém. Bom, então, vamos passar a votação do item 5.1. Quem for a favor do
236 parecer da SUPRAM, permaneça como está, contra se manifeste ou se abstenha. Aprovado o
237 parecer da SUPRAM. **Thiago – FIEMG –** O voto favorável ao parecer, mas com a
238 aplicação da atenuante da reserva legal. **CBH Paracatu –** Abstenção por dúvidas reais de
239 averbação da reserva no conhecimento prático da coisa. **Ricardo – FAEMG –** Eu também
240 quero dizer que estou acompanhando o voto da SUPRAM, com essa ressalva da questão da
241 atenuante aí. O espírito da discussão é apenas em relação a isso. **Afonso – Presidente –**
242 Aprovado. Vamos passar ao **item 6. Processo Administrativo para exame de Recurso de**
243 **Alteração de Condicionante da Licença de Operação:** Item 6.1 Agrícola Xingu S.A. -
244 Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento
245 ou classificação, Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos -Unai/MG - PA/Nº
246 12358/2006/003/2013 - Classes 3 - Condicionante 01. Apresentação: Supram NOR. Vamos
247 passar a votação. Quem for a favor do parecer da SUPRAM, permaneça como está, contra se
248 manifeste ou se abstenha. Aprovado. **Item 7. Avaliação Ambiental Integrada - AAI da**
249 **Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - UPGRH do Alto Rio**
250 **Paranaíba - PN1.** Apresentação: Grupo de empreendedores Minas PCH S.A./Energest S.A.
251 (EDP)/AEL Atividade Empresarial com o acompanhamento da Diretoria de Estudos e
252 Projetos Ambientais – DEPA/SUGA/SEMAD. Vocês podem fazer a apresentação, podem
253 iniciar. Microfone, por favor. **Breno – Empresa SET –** Boa tarde a todos. Meu nome é
254 Breno, eu sou da empresa SET e fui o Coordenador responsável pela elaboração dessa
255 avaliação ambiental integrada, que é da UPGRH Alto Rio Paranaíba e das Sub Bacias dos
256 Rios São Marcos e Verde. Os empreendedores responsáveis por essa avaliação ambiental
257 integrada é a Minas PCH a EDP e a AEL Atividade Empresarial. Eu vou falar aqui sobre a
258 estrutura dessa avaliação ambiental integrada e dessa avaliação. A gente vai começar com
259 históricos e objetivos. Falar sobre a abrangência desse estudo, o cenário e avaliação desse
260 estudo, a estrutura metodológica geral de uma avaliação ambiental integrada. A etapa de
261 caracterização, como que foi feita. A etapa de avaliação ambiental distribuída e os conflitos
262 existentes nessa UPGRH, a etapa de avaliação ambiental integrada, avaliação que a, a
263 avaliação ambiental integrada propriamente dita, as considerações finais, diretrizes de
264 recomendações que é o principal produto de um documento desse e a equipe técnica
265 responsável, eu devo gastar nessa apresentação em torno de 1 hora tá, que é um documento
266 um pouco complexo, mas eu vou tentar ser o mais esclarecedor possível aqui na
267 apresentação. Então, os históricos e objetivos. Primeiramente, pode dar um clique. Em 2012,
268 tem esse DN COPAM, que é a DN 175 que exige que sejam realizadas avaliações
269 ambientais integrada no estado de Minas Gerais para regulamentação de empreendimentos
270 hidrelétricos. Em seguida, em 2013, tem a solicitação de autorização junto à SEMAD pra
271 realização e elaboração dessa avaliação ambiental integrada. Em 2014, a SEMAD por meio
272 da resolução 2.196 determina a elaboração da avaliação ambiental integrada da UPGRH
273 PN1. Em 2015, em fevereiro, a Minas PCH, a AEL e a EDP protocolam a avaliação
274 ambiental integrada na SUPRAM. Em outubro, a gente tem o atendimento as informações
275 complementares número 1, que foi solicitadas pela SEMAD. Já em março de 2016, a gente
276 tem o atendimento a uma segunda informação complementar solicitada pela SEMAD e em
277 junho desse mesmo ano o atendimento as informações complementares número 3 e em
278 2017, pode passar. Em fevereiro, a resolução SEMAD número 2.464, tem o acatamento da
279 avaliação ambiental integrada da UPGRH PN1, como instrumento de gestão ambiental no
280 estado de Minas Gerais. Pode passar. Bom, uma coisa assim que, voltando lá na questão do
281 histórico, quero deixar bem claro é que a metodologia dessa avaliação ambiental integrada,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

330 passar. Qual que é a estrutura metodológica geral de uma avaliação ambiental integrada?
331 Pode passar. Então, a gente tem, no primeiro são 3 etapas. Então, a gente tem na 1ª etapa, a
332 caracterização, isso seria a identificação das principais características, ambientais,
333 econômicas e sociais dessa área que a gente tá estudando, pode passar. E a gente divide em 3
334 temas ambientais que pra frente eu vou apresentar os resultados com base nesses 3 temas,
335 que seriam: os recursos hídricos e eco sistemas aquáticos, meio físico e eco sistemas
336 terrestres e sócio economia. Pode passar. Numa segunda etapa, a gente entra na avaliação
337 ambiental distribuída, onde a gente identifica os impactos e as vulnerabilidades, fragilidades
338 e potencialidades dessa área de estudo no cenário atual e analisa também a questão dos
339 conflitos que são... que é a identificação dos conflitos potenciais coma implantação desses
340 novos empreendimentos que virão e numa 3ª etapa e última etapa seria a avaliação ambiental
341 integrada, onde a gente faz uma avaliação dos efeitos sinérgicos e cumulativos resultante dos
342 impactos ambientais ocasionados pelos empreendimentos hidrelétricos previstos para o
343 médio e longo prazo. Aquele slide que eu mostrei anteriormente de médio e longo prazo, a
344 gente faz uma análise daqueles empreendimentos entrando nesse cenário e faz também nessa
345 etapa a proposição de diretrizes e recomendações que é a parte mais importante, considero o
346 mais importante desse documento. Então, agora, nós vamos falar de cada etapa daquela.
347 Etapa de caracterização, uma metodologia geral, primeiro a gente busca informações sobre
348 os empreendimentos hidrelétricos. Próximo. Numa pesquisa bibliográfica em banco de
349 dados. Aí a gente tem, faz uma seleção desses elementos de caracterização, que é uma
350 descrição dos elementos e observando sempre os aspectos relevantes para a questão de
351 empreendimentos hidrelétricos. Pode passar. Esses, esses, essas informações são
352 incorporadas ao sistema de informação geográfica que é a base da metodologia de uma
353 avaliação ambiental integrada, isso gera o relatório de caracterização. Pode passar. Quais
354 foram os principais estudos de referência usados nessa avaliação ambiental integrada? A
355 avaliação ambiental integrada da Bacia do Paranaíba, que foi feito pela EPE em 2007. O
356 zoneamento ecológico e econômico do estado de Minas Gerais, plano de recursos hídricos
357 da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, o plano de ação de recursos hídricos da unidade de
358 gestão hídrica, afluentes mineiros do Alto Paranaíba. Plano de ação de recursos hídricos da
359 unidade de gestão hídrica do Rio São Marcos e aqueles dados disponíveis de
360 empreendimentos hidrelétricos licenciados ou em fase de licenciamento na área de estudo.
361 Nessa questão, eu queria assim, ressaltar uma questão porque lá na... nós fizemos essa
362 apresentação em Uberlândia para a URC Triângulo e nos foi questionado porquê que a gente
363 não citou um parecer do IBAMA para o processo de LI, de LP, LI da UHE Davinópolis,
364 então, eu queria citar. Nós usamos esse parecer pra fazer o diagnóstico e levamos em
365 consideração o quê que tá colocado nesse parecer, que é a importância do Alto Paranaíba
366 para a questão de espécies migratórias de longa distância, espécie de peixes migratórios de
367 longa distância, mais pra frente a gente vai ver esse assunto recorrente. Pode passar. Etapa
368 de caracterização, então, vamos aos temas que a gente utilizou pro estudo e os resultados. Eu
369 vou falar sobre os temas e vou dar um exemplo de resultado porque é muito extenso, se não
370 a gente ficaria aqui a tarde toda falando sobre só esses resultados. Mas, pra aquele tema
371 recurso hídrico e eco sistemas aquáticos, a gente fez uma caracterização das características
372 fisiográficas e hidrológicas das bacias, características climáticas, disponibilidade hídrica, de
373 demanda de água, de qualidade de água superficial, o uso atual dos recursos hídricos, de
374 hidrogeologia, ictiofauna e vegetação marginal e macrófitas aquáticas. Aqui, a gente tem um
375 exemplo, depois dos levantamentos feitos, o mapa aqui da qualidade da água superficial
376 nessa área de estudo. Pode passar. Pra meio físico e eco sistemas terrestres, os temas
377 estudados foram geologia e recursos minerais, paleontologia, potencial espeleológico, que é



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

282 ela seguiu estritamente o que está disposto na deliberação normativa 175. Quais são os
283 objetivos de uma avaliação ambiental integrada. Então, primeiro compreender a dinâmica
284 sócio econômica e ambiental do território e os possíveis efeitos cumulativos e sinérgicos,
285 advindos da implantação de empreendimentos hidrelétricos presentes e futuros,
286 considerando os conflitos existentes e potenciais em torno do uso dos recursos naturais.
287 Então, a gente tá com o objetivo da avaliação ambiental integrada, a gente tá avaliando o
288 ambiente, como está hoje e em 2 cenários futuros que a gente vai vê um pouquinho mais pra
289 frente. Também, definir e recomendar as diretrizes pra compatibilizar a geração de energia
290 com a conservação da biodiversidade e a tendência de desenvolvimento sócio econômico da
291 bacia. Pode passar. Pode passar. Qual que é a abrangência desse estudo? Então, aqui, a gente
292 tem a bacia do Rio Paranaíba com as suas Sub Bacias e dá um clique, por favor. E aqui, essa
293 área seria a área de estudo da nossa avaliação ambiental integrada que é pegando a UPGRH
294 PN1, do estado de Minas Gerais que é o Alto Paranaíba, pode passar. Então, aqui a gente vê
295 em verde a UPGHR Alto Paranaíba e em Rosa, a Sub Bacia dos Rios São Marcos e Verde,
296 que estão no estado de Goiás. Pode passar. Aqui, a gente vê são 38 municípios, com o
297 Distrito Federal, 39, pode passar, dá um clique. Mais um, é que não apareceu, volta, por
298 favor. Mas, aqui então, é o seguinte, os municípios que fazem parte dessa URC, nós estamos
299 no Noroeste, seria Unaí, esse primeiro aqui em cima, aqui embaixo, logo abaixo, Paracatu e
300 logo abaixo Guarda-Mor, então, essa tira aqui que seria relacionada a essa URC. Pode
301 passar. Por que que a gente incluiu as Sub Bacias dos Rios São Marcos e Verde nesse
302 estudo? Primeiro pra manutenção da unidade geográfica do trecho Alto da Bacia do
303 Paranaíba. Uma outra, seria a importância face econômica regional das Sub Bacias dos Rios
304 São Marcos e Verde pra essa região do Paranaíba. Os conflitos de uso de água no alto do
305 Rio São Marcos, empreendimentos em operação e previstos, cujo o impacto refletem nessa
306 unidade de planejamento, que seria, por exemplo, a questão de Serra do Facão, UHE Serra
307 do Facão e UHE Batalha. Atendimento ao artigo 3º da DN 175 de 2012 que diz: “AAI será
308 elaborada para os cursos de água de dominalidade do Estado de Minas Gerais”. Então, o Rio
309 São Marcos e o Rio Verde em algum momento, eles fazem parte da divisa de estado entre
310 Minas Gerais e Goiás. Também, as contribuições da audiência pública da UHE Gamela, que
311 é uma hidrelétrica localizada no município de Coromandel e a área de abrangência, essa área
312 de abrangência também foi discutida e acordada tanto com a SEMAD, quanto com o
313 Ministério Público Estadual. Pode passar. Quais são os cenários de avaliação? Então, a gente
314 tem, a gente analisa numa avaliação ambiental integrada, de acordo com o TR, o item 2 do
315 TR, o cenário atual, que é o ano de estudo, no cenário de médio prazo que são os próximos
316 10 anos e o cenário de longo prazo, que são os próximos 18 anos. Pode dar um clique.
317 Então, no cenário atual, a gente tem 11 empreendimentos em operação nessa UPGRH, a
318 gente vê cada bolinha aqui é um empreendimento que está em operação, isso com o ano de
319 2014, que quando foi desenvolvido o estudo. No cenário de médio prazo, que seria de 2024,
320 a gente tem, inclusão nessa bacia de 10 empreendimentos hidrelétricos e o quê que a gente,
321 como que a gente separou esses cenários? Os cenários de médio prazo seriam aqueles
322 projetos que tem projeto básico aceito pela ANEL e/ou está em processo de licenciamento
323 ambiental. Então, só alguns exemplos aqui, a gente tem aqui, o UHE Davinópolis, aqui o
324 UHE Gamela, aqui algumas, isso o cenário de médio prazo, algumas PCHS no Rio Jordão e
325 algumas PCHS no Rio Bagagio. Num cenário de longo prazo que seria pra 2032, a gente
326 tem a inclusão nessa UPGRH de mais 12 empreendimentos, que seriam, que tem como
327 premissa o inventário estar aprovado pela ANEL. Então, a gente tem aqui nessa região aqui
328 da URC Noroeste, ali em vermelho ali, que seria a UHE Mundo Novo, aqui tem a PCH
329 Escada, é há mais algumas PCHS aqui no Rio Jordão, outras aqui no Rio Bagagio. Pode



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

378 o potencial de cavernas, sismicidade, geomorfologia, solos de aptidão agrícola,
379 suscetibilidade de erosão, uso do solo e cobertura vegetal, fauna, unidade de conservação e
380 demais áreas protegidas. Aqui, a gente tem um exemplo, como resultado um mapa de uso do
381 solo e cobertura vegetal. Pode passar. Pra sócio economia, a gente tem dentre os temas
382 estudados, condições de vida, saúde, índice de desenvolvimento humano, o IDH, dimensão
383 econômica, ocupação, base econômica, potencial turístico, malha viária, demografia,
384 populações tradicionais, atividade pesqueira, agricultura familiar, patrimônio cultural,
385 finanças, capacidade financeira da gestão municipal, compensação financeira ativista
386 mineral e o ICMS ecológico. Também, estudamos a dimensão institucional, que é o índice
387 de desempenho da gestão cultural dos municípios, a legislação, planos e políticas
388 governamentais, além da atuação governamental na gestão dos recursos hídricos. Como
389 exemplo aqui de resultado, a gente tem um mapa do índice de desenvolvimento humano
390 para essa região estudada. Pode passar. Só um minutinho. Então, voltando aqui. Vamos,
391 então, pra etapa de avaliação ambiental distribuída que é a AAD. Nessa etapa, como eu falei
392 anteriormente, a gente tá estudando o cenário atual de quando a gente fez o estudo, então,
393 como metodologia geral, a gente parte da caracterização daquelas informações que a gente
394 obteve na fase anterior e com base nessas informações, a gente faz a definição dos
395 indicadores e da matriz de sensibilidade dessa área. Também, faço a definição e indicadores
396 e da matriz dos impactos cumulativos e sinérgicos dessa área com os empreendimentos
397 atuais né. Depois, face naquela linha de cima, o mapeamento dos indicadores de
398 sensibilidade. Pode passar. E depois, subsequente a esse mapeamento dos indicadores de
399 sensibilidade, um mapeamento de fragilidade e potencialidade por área. Também, um
400 mapeamento dos indicadores dos impactos cumulativos sinérgicos e essas duas linhas andam
401 em paralelo. E, quando a gente tem esse resultado, a gente faz a definição de sub áreas, que
402 vocês vão ver o mapa mais pra frente do quê que seriam essas sub áreas. E, por fim, a gente
403 tem ao final dessa etapa de avaliação ambiental distribuída, o mapeamento das
404 vulnerabilidades e capacidade de resposta sócio econômica por sub área. Pode passar. Então,
405 como eu falei anteriormente, tá muito claro o slide, não tá dando pra ver, mas, basicamente,
406 a metodologia de uma avaliação ambiental integrada é por meio de análise multi critério,
407 então, eu tenho nessa primeira linha as variáveis ambientais, que eu busquei lá da
408 caracterização e eu cruzo essas variáveis ambientais pra me dar os indicadores de
409 sensibilidade ambiental, que a gente chama de ISA ou potencialidade no caso do efeito
410 positivo. Eu pego esses indicadores de sensibilidade ambiental, nessa linha de baixo e vou
411 cruzar esses indicadores de sensibilidade e eu vou ter a fragilidade ambiental daquela área
412 que eu tô estudando. Pode passar. Aqui, eu acho que fica mais claro, como exemplo, o
413 mapeamento da sensibilidade dos eco sistemas terrestres. Esse aqui a título de exemplo, tá
414 gente. Então, eu tenho um componente de potencial de biodiversidade, que é esse primeiro
415 mapa, um componente de áreas prioritárias pra conservação e eu tenho um terceiro item que
416 é componente de unidade de conservação. Você vê que nessa área toda tem muito pouca
417 unidade de conservação, então, o cruzamento desses 3 mapas. Dá um clique, por favor. Eu
418 vou ter um mapeamento da sensibilidade dos eco sistemas terrestres nessa região, então, a
419 gente vê aqui que o vermelho é a sensibilidade mais alta, o amarelo, uma sensibilidade
420 média, aqui tem dois tons de amarelo, não sei, se tá dando pra ver aí, tem a alta que é um
421 amarelo mais escuro e a média, que é um amarelo mais claro e a verde, que é a mais baixa
422 sensibilidade. Pode passar. Aquelas sub áreas que eu falei, então nós temos 3 sub áreas, uma
423 do Alto Paranaíba, que vai das nascentes até a confluência com o Rio São Marcos, que é a
424 sub área 2. A sub área 1, que é essa que nós estamos tratando aqui, que vai das nascentes do
425 Rio São Marcos até a confluência com o Rio Paranaíba e uma terceira sub área, que é essa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

426 aqui, que é a jusante da confluência do São Marcos com o Rio Paranaíba. Pode passar.
427 Então, vamos pros resultados dessa avaliação ambiental distribuída, pode passar. Então,
428 como eu falei com vocês, a metodologia básica de uma avaliação ambiental integrada é o
429 cruzamento de informações, então aqui também a gente faz o cruzamento dos impactos
430 negativos para os meios, para os recursos hídricos e eco sistemas aquáticos, meio físico e
431 eco sistema terrestre e sócio economia. O cruzamento desses 3 mapas, eu vou ter o
432 mapeamento dos impactos negativos no cenário atual, que é esse mapa, é o cruzamento
433 daqueles 3 então, a gente vê aqui que em vermelho, que são os impactos mais altos, estão
434 relacionados aos grandes empreendimentos já em operação dessa bacia. Pode passar. Bom,
435 então, aqui quais são os principais impactos. Pro eco sistemas aquáticos, a gente tem a
436 eliminação de rota migratória de longa distância pra peixes no Rio São Marcos e Rio
437 Paranaíba, que com a implantação desses empreendimento aqui, que começa em Itumbiara,
438 Emborcação, Serra do Facão e Batalha. Alteração da Fisiografia Fluvial e das características
439 hidrológicas do rio. Potencialização de uso da água. Pra eco sistemas terrestres, a gente tem
440 a supressão de cobertura vegetal e, com isso, uma consequência de perda de biodiversidade.
441 A erosão e instabilidade em costa imaginais, que são as zonas de depressão dos
442 reservatórios. E pro meio sócio econômico, a gente tem uma alteração do sistema de
443 produção em vínculos culturais e de sociabilidade na área do reservatório e no seu em torno
444 direto, a alteração dos aspectos, conforme condições de vida nos municípios atingidos por
445 esses empreendimentos e pressão sobre a infra estrutura sócio econômica. Do caso aqui de
446 Emborcação, a gente tem uma sede do município a menos de 1 quilômetro do
447 empreendimento. Pode passar. Tem os impactos negativos, mas também tem os impactos
448 positivos. Quais seriam esses impactos positivos, aí aqui muda a cor, o verde seria um
449 impacto positivo muito alto. Então, naqueles empreendimentos que por um lado você tem
450 um impacto negativo alto, a gente também tem um impacto positivo, isso mais relacionado a
451 questão sócio econômica, então, como muito alto a gente tem os efeitos sinérgicos
452 relacionados ao aumento da arrecadação tributária, dinamização do mercado de trabalho,
453 com a implantação das UHS Itumbiara e Emborcação. Destaque para os municípios de
454 Tupaciguara e Araguari tá aqui, Tupaciguara aqui e Araguari por aqui. Como impacto
455 positivo alto, a gente tem a dinamização econômica, embora em menor magnitude, também
456 Catalão, Campo Alegre de Goiás, Davinópolis, Ouvidor e grupo de municípios localizados
457 na confluência do Rio Paranaíba com São Marcos, com a implantação da UHE Serra do
458 Facão. Pode passar. Depois que eu fiz o, que eu tenho aqueles impactos, eu vou e eu tenho a
459 fragilidade porque é o cruzamento da sensibilidade, eu vou ter um outro cruzamento que eu
460 vou ter ao final a vulnerabilidade daquela área, então no caso aqui, pra recursos hídricos, eco
461 sistemas aquáticos. Eu peguei o mapa de fragilidade ambiental e vou cruzar com o mapa de
462 impacto. Pode dar um clique. E eu vou ter esse mapa de vulnerabilidade dessa UPGRH.
463 Pode passar. Então, quais são os principais vulnerabilidades pra recursos hídricos e eco
464 sistemas aquáticos no cenário atual? Com muito alta, a gente vê área prioritárias pra
465 conservação da ictiofauna. Toda essa área aqui em vermelho, aquela arezinha também
466 nessa, próximo aqui, nessa sub área 1, que é veredas do Rio São Marcos, que é considerado
467 uma área prioritária pra conservação. Trechos, lotes para migradores de longa distância, que
468 é uma vulnerabilidade. Qualidade da água e conflito de uso da água nos Rios Paranaíba,
469 Bagagem e Perdizes, que essas áreas aqui em vermelho. Como alta, a gente tem trecho, lote
470 para migradores de curta e média distância no Rio Dourados, que é esse rio aqui. A alteração
471 da qualidade da água da dinâmica hidro sedimentológica a jusante das barragens e o conflito
472 de uso da água no alto do Rio São Marcos. Pode passar. Da mesma forma que a gente fez
473 pros eco sistemas aquáticos, a gente vai fazer pra meio físico e eco sistemas terrestres, então,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

474 eu cruzo o mapa de fragilidade de eco sistemas terrestres com o mapa de impactos e vou ter
475 esse mapa de vulnerabilidade. Quais são as principais vulnerabilidades observadas no
476 cenário atual. Pode passar. Então, pra meio físico e eco sistemas terrestres, a gente observa
477 área de prioridade extremamente alta pra conservação, que são os afluentes da margem
478 direita do Rio São Marcos, que é esse vermelhinho aqui. Sensibilidade geológica de solução
479 e abatimentos em áreas cársticas com potencial paleontológico, bem nessa área aqui. Áreas
480 de prioridade muito alta pra conservação, são as matas de Itumbiara e regiões dos rios de
481 Santo Inácio e Santo Antônio das Minas, que pega essa área e essa área aqui. E erosão do
482 médio e baixo São Marcos. Em setores compostos declividades, como serra e bordas de
483 tabuleiros. Pode passar. E vulnerabilidade do meio sócio econômico e patrimônio cultural.
484 Da mesma forma dos anteriores, a gente cruza fragilidade do meio sócio econômico e
485 patrimônio cultural e os impactos e a gente vai ter um outro mapa, que é um mapa de
486 vulnerabilidade do meio sócio econômico, patrimônio cultura no cenário atual. Pode passar.
487 A gente observa o que condições de vida, como vulnerabilidade, a questão de condições de
488 vidas, acesso a educação, a renda, infra estrutura básica, nos municípios de Tupaciguara,
489 Estrela do Sul e Douradoquara. Potencial de comprometimento dos recursos naturais nos
490 municípios de Pato de Minas, Presidente Olegário, Monte Carmelo e Lagoa Formosa. E
491 fatores de sensibilidade, como exposição e organização territorial, condições de vida,
492 recursos minerais e terras favoráveis para agricultura em Tupaciguara. Pode passar. Pro
493 mapeamento de capacidade de resposta sócio econômica que são os efeitos positivos nessa
494 área com a vulnerabilidade. Pode passar. Eu vou ter esse mapa de capacidade de resposta
495 sócio econômica dos municípios. Pode passar. Então, o quê que seria a capacidade de
496 resposta sócio econômica dos municípios? Seria a agregação dos efeitos positivos potenciais
497 dos empreendimentos hidrelétricos, junto a vulnerabilidade sócio econômica, então, assim,
498 eu tenho a vulnerabilidade sócio econômica daquela região, mas tenho também os efeitos
499 positivos e eu cruzando esses 2 dados, eu tenho essa informação. Então, o que a gente
500 observa é o que, que a capacidade financeira e geração de valor econômico elevam a
501 capacidade de resposta em grande parte dos municípios da área de estudo, como exemplo,
502 Cristalina, Catalão, Patos de Minas, Coromandel e Patrocínio. Então, quer dizer, são
503 municípios que vão receber o impacto com a implantação dos nossos empreendimentos,
504 aliás, com os empreendimentos atuais, mas que eles têm uma capacidade de resposta sócio
505 econômica, eles conseguem absorver aquele impacto do ponto de vista sócio econômica tá
506 gente e municípios de base econômica mais frágil, apresentam menor capacidade de
507 resposta, dentre eles, a gente cita aqui, Lagamar, Guimaranea, Cruzeiro da Fortaleza, um
508 trecho Grupiara, Cascalho Rico e Romaria, pra esses municípios são indicados lá nas
509 recomendações programas e projetos ambientais que são especialmente necessários pra esses
510 municípios. Finalizando a avaliação ambiental distribuída, a gente tem a parte de conflitos.
511 Esse mapa é o mapa do IGAM de áreas declaradas de conflito de uso da água, então, aqui
512 cada ponto vermelho aqui é considerado uma área de conflito de uso de água, então os
513 principais conflitos observados nessa região estudada, tem o uso da água, a questão do
514 abastecimento, irrigação com geração de energia, o uso do solo, extração de recursos
515 minerais com a exploração agrícola, o uso da ocupação do solo, com a manutenção da
516 biodiversidade, então, tem algumas áreas prioritárias pra conservação de eco sistemas
517 nativos e unidade de conservação, mas, por outro lado, tem o interesse agropecuário. O uso
518 de ocupação do solo, com a manutenção da qualidade da água e conflitos por terra, que é na
519 região da Serra do Salitre, Carmo do Paranaíba, Catalão e Paracatu. Pode passar. Gente, tu tô
520 correndo muito ou tá dando pra acompanhar? Então, vamos lá. Etapa de avaliação ambiental
521 integrada, que é a 3ª etapa da avaliação ambiental. Então, a metodologia, da mesma forma



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

522 que eu falei na avaliação metodológica distribuída, é uma análise multi critério, só que nesse
523 momento, a gente vai analisar no médio e no longo prazo, de acordo com aquele primeiro
524 mapa que eu mostrei lá falando que isso é uma determinação da DN 175. Então, um
525 primeiro momento, a gente cruza as fragilidades e os impactos com aqueles exemplos que eu
526 dei, a gente tem a vulnerabilidade, depois a gente cruza a vulnerabilidade com os efeitos
527 positivos e a gente tem a capacidade de resposta. Pode passar. Os resultados, então, aqui eu
528 vou falar, os impactos no médio prazo e no longo prazo, vulnerabilidade também no médio e
529 no longo prazo pra cada item daqueles que a gente falou, cada tema. Então, para impactos no
530 médio prazo, a gente observa pra implantação daqueles novos empreendimentos, se não me
531 engano, são 11 empreendimentos no médio prazo. Perda de trecho lógico do Alto Paranaíba,
532 com a implantação das UHES Gamela e Davinópolis, que são essas duas aqui. Restam ainda
533 410 quilômetros, que é esse trecho todo aqui, sem segmentação. Então, tem também a
534 segmentação do Rio Dourados, que é esse rio aqui, já tem implantação de um
535 empreendimento aqui, com a CGH, com a implantação da CGH Dourados, a alteração da
536 dinâmica hídrica e sedimentar da qualidade das águas também para a implantação das UHES
537 Gamela e Davinópolis. No caso do Rio Perdizes, tem empreendimentos com trecho vazão
538 reduzida que é um impacto. No Rio Jordão tem a perda de 16 quilômetros de trecho lógico,
539 então a gente perde um trecho de migração de média distância para peixes. E
540 empreendimentos previstos no Rio Perdizes configuram potencial conflito de uso da água.
541 No caso de eco sistemas terrestres, que é o verdinho aqui que não tá aparecendo, tem essa
542 supressão vegetal em áreas de média prioridade pra conservação e de vegetação savânica no
543 Rio Perdizes, que seria o cerrado né, erosões nas margens dos reservatórios e a jusante nos
544 barramentos. E no caso da sócio economia, tem essa pressão sobre infra estrutura sócio
545 econômica no caso da UHE Davinópolis, tem uma proximidade do Rio Santo Antônio do
546 Rio Verde em Catalão e da sede de Davinópolis que fica a cerca de 5 quilômetros e também
547 a interferência sobre os modos de produção e vínculos sociais nos municípios de Guarda-
548 Mor, Coromandel, Davinópolis, Abadia dos Dourados e Catalão. Isso com implantação das
549 UHES Davinópolis e Gamela que são essas duas aqui no Rio Paranaíba. Pode passar. Então,
550 impactos no longo prazo. No longo prazo, aí a gente tem a inserção de mais 10
551 empreendimentos nessa área, só ressaltando de novo gente, vocês estão vendo que assim, a
552 maioria dos empreendimentos estão localizados nessas duas sub áreas. Aqui na região
553 Noroeste só tem um empreendimento lá em cima que seria o UHE Novo Mundo, então,
554 como vulnerabilidade. Espera aí, volta um. Esse aí. Então, aqui o impacto no longo prazo, a
555 gente observa que nessa região a implantação da UHE Novo Mundo, isso caso seja
556 implantado, que não quer dizer que está aqui na avaliação ambiental integrada, que ela vai
557 ser implantada tá, a avaliação ambiental integrada, só uma parte aqui, ela não é um
558 licenciamento ambiental, então ela dá a informação, da informação pro estado pra ele fazer
559 gestão sobre aquele recurso. Então, todos esses empreendimentos, independente, de estarem
560 aqui, eles tem que passar pelo licenciamento ambiental tá, fazer o EIA/RIMA, PCA, todas as
561 fases do licenciamento, então não quer dizer que eu tô falando de todos esses e todos esses
562 vão ser implantados, só depois do licenciamento que a gente vai saber. Então, aqui num
563 longo prazo, a gente vê. Perda de trecho lógico com a UHE Mundo Novo, essa aqui, que é
564 um trequinho pequeno que sobrou do Rio São Marcos né. O rio São Marcos, ele era uma
565 rota migratória de longa distância, com a implantação da UHE Serra do Facão e depois de
566 batalha, ele perdeu essa rota migratória de peixe, dos grandes migradores né. Então, aqui a
567 gente tem uma perda de uma área pequena aqui com a implantação da UHE Novo Mundo,
568 tem eliminação de atas específicas para ictiofauna no Rio Jordão e Perdizes, que é esses 2
569 rios aqui. Intensificação de conflitos de uso da água também e no Rio Perdizes e Jordão



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

570 perda de trecho lóticos de 19 quilômetros no Rio Perdizes e 40 quilômetros no Rio Jordão.
571 São trechos que comportam uma migração de peixes que precisam de uma média distância.
572 Curta e média distância pra se reproduzir. Pro eco sistemas terrestres, a gente tem a perda de
573 vegetação em área de alta prioridade aqui na região de Cristalina, olha aqui. De
574 conectividade, potencial de perda de patrimônios espeológico e paleontológico e no meio
575 sócio econômico interferência no modo de produção e vínculos sociais em Unaí e Cristalina
576 com a implantação da UHE Novo Mundo e em Araguari, nesse município com a
577 implantação das PCHS do Rio Jordão. Tem-se também uma perda de geração de valor de
578 conflito pelo uso do solo, então, tem solos agricultados, recursos minerais, principalmente
579 na região de Patos de Minas e Coromandel que vão ser inundados pelos reservatórios e
580 interferência nas condições de vidas e vínculos sociais e culturais com a implantação da
581 PCH Escada, que é essa PCH pequena aqui, próxima ao Distrito de Alegre em Coromandel.
582 Pode passar. Então, vulnerabilidade no médio prazo. Então, a vulnerabilidade, eu cruzei o
583 mapa de fragilidade com impacto, tem esse mapa de vulnerabilidade, então a gente vê que
584 áreas prioritárias para ictiofauna e perda de trecho lote de aproximadamente 90 quilômetros
585 com a implantação da UHE Davinópolis e Gamela, esses dois empreendimentos aqui. Então,
586 esse remanescente que ficou, que tá em vermelho, ele ganha uma importância maior né
587 porque ele já era importante, se eu perder parte dele, esse aqui, ele é mais importante ainda.
588 Então, conflito de uso da água e da qualidade da água no Alto Paranaíba, nas sub bacias dos
589 Rios Perdizes e Bagage, aqui no Rio Perdizes também. Perda e descontinuidade de trecho
590 lótico nos rios Perdizes com as PCHS e nos Dourados com a CGH Dourado que é aqui.
591 Qualidade da água e dinâmica do sedimentológica, os reservatórios e a jusante também é
592 visto como uma vulnerabilidade no médio prazo. No longo prazo. Pode passar. A gente tem
593 como vulnerabilidade muito alta áreas prioritárias para ictiofauna e perda de trecho lote de
594 aproximadamente 148 quilômetros, então a gente incluiu aqui a PCH escada, a implantação
595 da Davinópolis, Gamela e Estrada, a gente perde 148 quilômetros daquele trecho, mas ainda
596 mantém um trecho de 362 que é esse trecho vermelho aqui que segundo a literatura é
597 suficiente ainda pra manter uma imigração de longa distância para peixes. Fragmentação de
598 trecho lóticos médios, com a implantação da UHE Novo Mundo e conflito de uso da água e
599 qualidade nas sub bacias do Rio Perdizes, como vulnerabilidade alta, a gente tem perda de
600 trecho lote para imigração de média distância no Rio Perdizes, qualidade da água dinâmica
601 do sedimentológica dos reservatórios e a jusante. Pode passar. O que eu falei anteriormente,
602 era vulnerabilidade do eco sistemas aquáticos. Agora, de eco sistemas terrestres. Então, a
603 gente tem no médio prazo, área prioritária pra conservação da biodiversidade, região, onde
604 Coromandel de Tupacigura, as matas de Itumbiara, com uma mata muito vulnerável. Os
605 processos erosivos, instabilidade ou técnicos em torno dos reservatórios, os efeitos indiretos
606 sobre os corpos hídricos e a bioaquática, então a implantação de todos esses
607 empreendimentos, a gente tem essa potencialidade de processos erosivos e instabilidade
608 geotécnica. Já no longo prazo, a gente observa áreas de alta prioridade pra conservação da
609 biodiversidade na região de Cristalina, que seria essa área aqui, esse vermelhinho aqui e com
610 a implantação da UHE Novo Mundo e também na região da PCH Escada, que é aqui,
611 erosões marginais nos reservatórios de Novo Mundo e Paraíso e novos empreendimentos no
612 Rio Perdizes e Jordão, tendo como vulnerabilidade a perda de vegetação predominante
613 savânica fora de área de prioridade de conservação, então isso determina uma menor
614 fragilidade. Pode passar. Agora, vulnerabilidade do médio prazo para a questão sócio
615 econômica, então a gente tem um acréscimo de vulnerabilidade nos municípios de
616 Coromandel e Vazante, principalmente, por causa de implantação de no médio prazo de
617 Davinópolis e Gamela. Comprometimento do uso econômico do solo e recursos naturais,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

618 com a exploração mineral e boa aptidão agrícola e presença de infra estrutura próximo aos
619 aproveitamentos, no caso de... se não me engano, é no caso aqui de Gamela tá próximo de
620 uma sede de um distrito. Presença de infra estrutura próximo ao aproveitamentos,
621 existências de projetos de assentamento. Pode passar. No longo prazo, a gente tem como
622 vulnerabilidade o potencial mineral e aptidão agrícola nos municípios de Unai, Coromandel,
623 Patos de Minas e Lagamar. Aí com a implantação de escada e o UHE Novo Mundo e nas
624 PCHS do Rio Jordão em conjunto podem representar impactos relevantes do ponto de vista
625 sócio econômico, então a pressão sobre a infraestrutura local, que são várias PCHS que
626 serão implantadas aqui. No Rio Perdizes intensifica os impactos em Douradoquara, que é
627 esse município e Monte Carmelo, que é esse município aqui. Tá chegando no fim, gente. A
628 capacidade de resposta sócio econômica, no médio prazo. Então, a gente observa que nessa
629 região existe uma alta capacidade de respostas em Coromandel e Monte Carmelo que
630 minimiza os efeitos adversos dos empreendimentos, tendo dinamismo econômico, um
631 elevada geração de valor adicionado no e IDH nesses municípios. Pode passar. E no logo
632 prazo, a gente observa uma alta capacidade de resposta em Unai pra implantação da UHE
633 Novo Mundo. Patos de Minas e Coromandel pra implantação da PCH Escada e isso
634 minimiza os impactos prognosticados né, os impactos no meio sócio econômico. Base sócio
635 econômica restrita em Lagamar e Presidente Olegário, que é uma baixa capacidade de
636 geração de valor econômico de investimento público, limitando... isso limita o
637 enfrentamento e recuperação dos impactos, no caso aqui da PCH Escada. E
638 empreendimentos de pequeno porte no Rio Jordão e Rio Perdizes, que são esses dois aqui ó
639 se localizam em regiões de elevada capacidade de suporte sócio econômico, então,
640 provavelmente, do ponto de vista sócio econômico os impactos vão ser baixos com a
641 implantação desses empreendimentos. Bom, quais são as considerações finais dessa
642 avaliação ambiental integrada. A gente observou que essa região, é uma região que tem uma
643 vocação pra geração de energia hidrelétrica e atividades de agropecuária, também existem
644 áreas prioritárias de extrema importância pra conservação da ictiofauna, no caso aqui é o
645 Alto do Rio Paranaíba. Tem uma predominância de uso antrópicos, atividades agropecuárias
646 e a vegetação nativa se encontra bastante fragmentada. Existem áreas prioritárias pra
647 conservação da biodiversidade nessa área de estudo, existem também conflitos de uso da
648 água. Uma vulnerabilidade sócio econômica predominantemente baixa e média, então isso é
649 uma coisa interessante, quer dizer, é uma região mais rica, que tem uma baixa
650 vulnerabilidade sócio econômica. Catalão, Araguari e Patos de Minas são os principais polos
651 econômicos, aqui eu acho que pode incluir também Unai nessa região Noroeste né, nessa
652 parte de cima da URC. Atividade agropecuária relevante, o destaque pra Cristalina e Ipameri
653 e recursos minerais, principalmente a leste dessa área, com gemas, rochas, minerais
654 industriais, metais nobres, metais não ferrosos ou semi metais, insumos agrícolas e para
655 construção civil, isso aqui na região de Patrocínio. Agora, eu vou falar assim, de forma
656 resumida, não vou falar de todas as diretrizes que a gente tem nesse documento porque são
657 muitas, eu vou falar as principais diretrizes pra cada tema daquele. Então, pra recursos
658 hídricos e eco sistemas aquáticos, a gente tem como uma diretriz a gestão integrada dos
659 recursos hídricos, o quê que seria isso? Com recomendação, a ampliação, integração de
660 redes de monitoramento hidrológico, uma elaboração de instrumentos de planejamento,
661 plano de saneamento e planos diretores municipais e a consolidação e a integração a nível
662 estadual e federal da outorga dos recursos hídricos. Então, essa abrangência, a abrangência
663 dessa recomendação seria toda a bacia, todos os municípios dessa bacia e a
664 responsabilidade, as empresas do setor elétrico, as instituições de gestão dos recursos
665 hídricos, órgãos ambientais, as administrações municipais, então, assim, são vários atores



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

666 que tem que se juntar pra tentar melhorar essa questão aí da gestão integrada dos recursos
667 hídricos. Pode passar. Também pra recursos hídricos e os eco sistemas aquáticos, a avaliação
668 e manutenção do processo migratório de peixes em trechos da bacia do Paranaíba. Então, a
669 implantação de uma rede integrada de monitoramento e a avaliação de rotas migratórias e
670 ambientes associados, então um inventário da diversidade de peixes migradores, inventários
671 em tributários, avaliação da viabilidade de sistema de implantação, sistema de transposição
672 de peixes, isso com abrangência na bacia e a responsabilidade dos órgãos ambientais e
673 empresa do setor elétrico. Isso, essas diretrizes seriam aqueles pontos da avaliação ambiental
674 integrada que o pessoal, quando vai fazer a análise de um EIA deve exigir, deve ficar atento
675 pra essas questões, são esses pontos que são os pontos cruciais a serem cobrados nessa
676 região de estudo. E um terceiro aqui, diretrizes e recomendação para recursos hídricos que
677 seria implantação de um programa de conservação da ictiofauna. O quê que seria isso? A
678 elaboração e implantação de um efetivo plano de conservação para o trecho lógico
679 remanescente do Alto Paranaíba num cenário de implantação dos empreendimentos
680 Davinópolis, Gamela e Escada. Então, quer dizer, hoje a gente tem aquilo lá, como uma área
681 prioritária de conservação, a gente não tem nenhuma garantia que aquilo lá vai continuar
682 como está, então, pensando esse plano de conservação seria juntar esses empreendimentos
683 que estão previstos pra essa região e expor recurso pra realmente fazer daquilo ali uma área
684 preservada. Então, a abrangência seria o Alto Paranaíba envolvidos aqui, os órgãos
685 ambientais e as empresas do setor elétrico envolvidos com esses empreendimentos. Pra meio
686 físico e eco sistemas terrestres, a gente teria a implantação das redes integradas de
687 monitoramento e transportes de sedimentos na bacia e contribuições para conservação da
688 biodiversidade. Como recomendação, promover a conectividade em ambientes naturais,
689 estimular a implantação de unidades de conservação, nessa região tem poucas. Estimular a
690 compensação ambiental em áreas estratégicas pra proteção de recursos hídricos e consolidar
691 o plano de conservação e de uso do em torno de reservatórios, como instrumento de
692 conservação. A abrangência seria toda área de influência dos empreendimentos a serem
693 implantados e a responsabilidade, basicamente, empresa de setor elétrico e órgãos
694 ambientais, é lógico, que aí os órgãos ambientais pra cobrar isso aí, pra ser feito. Entre a
695 sócio economia é... no quesito aspectos econômicos, o estabelecimento de parcerias pro
696 desenvolvimento de sistema de tratamento de efluentes doméstico e industriais. Apoio ao
697 planejamento de uso e ocupação do solo por meios de planos de ordenamento territorial e
698 planos diretores dos municípios. Para o patrimônio cultural, estudo diagnóstico de
699 patrimônio material e de patrimônio também natural, isso, quando for fazer os EIAs né.
700 Desenvolver ações e programas de ações patrimonial, envolvendo patrimônio arqueológico
701 material e material e também medidas potencializadoras de impactos positivos que seria
702 apoiar o projeto de capacitação de gestores municipais, tendo como foco as carências
703 identificadas nos EIAs. Colaborar para a elaboração e atualização do Plano Municipal de
704 Saneamento Básico, é... Plano Diretor Municipal, dentre outros e priorizar a contratação de
705 mão de obra, quando for realizar a obra desses empreendimentos. Então, a abrangência
706 dessas diretrizes seria a bacia e as áreas de influências dos empreendimentos e tendo, como
707 responsabilidade, os órgãos ambientais, empresas do setor elétrico, administrações
708 municipais e empresas do setor de saneamento, Comitês de bacias. Pode passar. Bom, o que
709 eu tinha para falar era isso, espero que eu tenha sido claro, apesar de... eu acho que eu corri
710 muito, mas, a equipe técnica. Pode passar. É uma técnica formada, ela é multidisciplinar,
711 então, a gente tem uma equipe técnica para recursos hídricos, uma equipe de coordenação.
712 Pode passar. E meio físico, eco sistema terrestre, meio sócio econômico, tem uma equipe
713 bastante ampla, é um documento que foi bastante discutido, então, assim, é uma ferramenta



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

714 que tá ai disponível agora pro estado, pra questão de gestão dos nossos recursos aí. Obrigado
715 pela atenção. Só... Eu tô a disposição pra responder qualquer dúvida que tiver. **Afonso –**
716 **Presidente – Ok. Antônio. Antônio Eustáquio – MOVER –** Seguinte. Em contato com os
717 companheiros, da URC Triângulo e eles me disseram que essa apresentação já foi feita lá e,
718 inclusive, teve... aconteceram vários questionamentos lá, inclusive do promotor, do doutor
719 Carlos Varela e do Antônio porque é Secretário do Comitê do PN1. Eu vejo com muita
720 preocupação, não sei, se é porque gato escaldado com água quente tem medo de água fria
721 né, então, eu vejo com muita preocupação esses empreendimentos né e um relatório desse aí,
722 eu, particularmente, não acredito nesses relatórios né porque a gente viu inúmeros relatórios
723 que vieram camuflados e trouxeram problemas pra região. Eu queria sugerir pra você que
724 isso fosse apresentado pro PN1, pro afluyente neles do Alto Paranaíba, eu sou Conselheiro lá
725 também e pro Comitê do Paranaíba, inclusive, ô Afonso, eu queria que isso constasse em ata
726 porque eu vou levar essa demanda que eu coloco aqui. **Afonso – Presidente – Ok. Antônio**
727 **Eustáquio –** Pros dois Comitês. **Afonso – Presidente – Ok. Antônio Eustáquio – Tá.**
728 **Afonso – Presidente –** Perfeito. **Antônio Eustáquio –** Porque a gente tem discutido muito a
729 questão ambiental na nossa região e não leva em conta os Comitês de bacia né e nós temos
730 Comitês fortes na região, como tem o Urucuia, o Paracatu. Eu acho que essa apresentação,
731 ela tinha que ir lá no Paracatu também e no CBH Paracatu, então só aqui eu tô falando 4
732 Comitês né, que é o Paranaíba, Federal, afluyente mineiro do Alto Paranaíba, Paracatu e
733 Urucuia. Então, fica essa sugestão. Eu não vou nem tecer maiores comentários sobre as
734 colocações que os companheiros fizeram lá de... da URC Triângulo porque ia tomar muito
735 tempo e eu não vou entrar em maiores detalhes, com a questão de peixes né, entendeu.
736 Então, fica aqui essa solicitação e uma das questões que me chamou bastante também foi
737 quando se coloca os benefícios e os malefícios, os malefícios cai todos pra questão
738 ambiental e os benefícios vem todos em cima do capital, é benefício pros municípios, pra
739 Paracatu, pra Guarda Mor, pra Vazante, pra Unai, pra não sei aonde, não sei aonde, não sei
740 aonde né e pro outro lado, a biodiversidade que não tem vez e não tem voz fica com ônus e
741 que acaba refletindo futuramente na própria sociedade porque nós fazemos parte dessa
742 biodiversidade. **Athaíde – MP –** Só por questão de localização aí geográfica. Os
743 empreendedores responsáveis que a Minas PCH Energiesy e AEL, os empreendimentos estão
744 localizados aonde no Paranaíba? Só pra gente ter essa noção geográfica aí. É importante
745 também. Esses são empreendimentos já instalados né. **Breno – Empresa SET – Não.**
746 **Athaíde – MP –** A Minas PCH. **Breno – Empresa SET – Não, não. Athaíde – MP – Não**
747 **né. Breno – Empresa SET –** São empreendimentos a serem instalados. **Athaíde – MP –** A
748 serem instalados. **Breno – Empresa SET –** Isso. Coloca o mapa. Deixa eu... pode baixar
749 mais, mais. Esse aí. Então, aqui ó. Os empreendimentos da... Deixa eu vou passar aqui pro
750 próprio empreendedor aqui pra ele falar. **Tiago – Minas PCH –** Só um minutinho. Boa
751 tarde, Tiago da Minas PCH. Faço parte aí do grupo de empreendedores que patrocina a
752 AEL. Pra gente falar dos empreendimentos que a Minas PCH tem interesse né, que tem
753 registro junto a ANEL, isso não quer dizer que os empreendimentos vão ser implantados né,
754 pensando aí no cenário de médio, no cenário de longo prazo. No caso aqui na bacia do Alto
755 Paranaíba são 3 e a gente tem sociedade com a AEL e com a Energest, que são outras
756 empresas que participaram também desse trabalho né. Um deles é só nosso, só tem
757 participação nossa, que seria essa UHE Paraíso, localizada logo a jusante da usina já
758 implantada de Serra do Facão, é um trecho mais ou menos de 17 quilômetros do Rio São
759 Marcos, onde tá prevista a UHE Paraíso. No Rio Paranaíba, a gente tem interesse em
760 Gamela, junto a Energesti, tá localizada logo ao montante da UHE Davinópolis, ela fica
761 localizada aqui no município de Coromandel, eu não falei o município aqui de Paraíso, mas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

762 aqui seria na margem direita o município de Catalão e na margem esquerda o município de
763 Ovidor tá. E mais a montante um pouquinho, pensando também no cenário de longo, a
764 gente tem interesse junto com a Energesti na PCH Escada né. Ela é a última usina
765 identificada aqui no Alto do Paranaíba, onde você tem a manutenção aqui de um trecho
766 ainda de trezentos e sessenta e poucos quilômetros, como o Breno falou. Essas seriam usinas
767 de interesse da Minas PCH. O Breno pode falar da AEL, as usinas do Jordão. **Breno –**
768 **Empresa SET** – Da AEL são algumas PCHS não todas. Localizadas aqui no Rio Jordão,
769 então são essas. **Não se identificou** – E mais um detalhe aí que esclarecedor também pra
770 região aqui de Unai, em relação ao Alto do São Marcos aí, que é a região nossa e parte do
771 Rio Verde, o quê que já tem instalado? É Batalha e... E o quê que tem por instalar também?
772 **Breno – Empresa SET** – O que tem instalado nessa região. Aqui a gente tem Serra do
773 Facão né, é a primeira aqui, você subindo o Rio São Marcos, aqui Batalha, essas duas, são
774 duas CGHS são pequenas, tem uma outra CGH aqui, esses Rios aqui, eu não tô lembrando o
775 nome, mas são rios pequenos tá. E tem previsto a UHE Mundo Novo. Aqui tem a.. é a... é o
776 Rio São Bento que tem também a previsão de uma PCH aqui na... Só complementando a
777 questão da UHE Mundo Novo, que fica localizado aqui no Alto São Marcos. A gente
778 participou das discussões lá no Comitê do Paranaíba né, onde a gente sabe que existe uma
779 discussão latente sobre as questões dos conflitos. Então, a gente imagina que é uma usina
780 que dificilmente vai sair do papel e vai ser implantada. Hoje, não existe nenhum interessado
781 junto à ANEL pra desenvolver esse estudo, então, é uma usina que foi identificada no estudo
782 de inventário feita há anos atrás e hoje você não tem nenhum interessado em realizar essa
783 usina, por conta dos conflitos com o uso da água, principalmente em relação a irrigação. A
784 gente sabe que é uma região, onde se tem uma irrigação forte na área, nos município de
785 Cristalina, no município de Paracatu e também aqui no município de Unai né. **Não se**
786 **identificou** – Em relação a Mundo Novo né, a previsão da UHE Mundo Novo né. **Breno –**
787 **Empresa SET** – Exatamente, tô falando em relação a Mundo Novo. A percepção que a
788 gente tem é que dificilmente algum empreendedor vai querer colocar recursos, envolver esse
789 estudo num cenário aí de médio prazo pra desenvolver essa usina. **Não se identificou** – E
790 um detalhe, Serra do Facão, Coromandel, Goiás, onde que fica localizada lá? **Breno –**
791 **Empresa SET** – Do lado de Goiás, ela tá no município de Catalão. **Não se identificou** –
792 Catalão né. **Breno – Empresa SET** – Catalão. Tem outros municípios, ela abrange outros
793 municípios também né. Ela, acho que cerca de 90% do reservatório de Serra do Facão tá
794 localizado dentro do estado de Goiás e uns 10% ou até um pouco menos, tá dentro do estado
795 de Minas Gerais. **Não se identificou** – Tá e Batalha que já tá instalado também é Paracatu,
796 não é isso? Ou não? Ou... qual que é a região da Batalha? **Breno – Empresa SET** –
797 Batalha, se não me engano, ele pega o município de Cristalina também, margem esquerda,
798 não sei te falar quais são os municípios né. Paracatu e Cristalina né região né, Antônio.
799 **Athaíde – MP** - Um outro detalhe também, a gente queria saber, que é interessante pra
800 região, o pessoal que estuda aí no dia a dia, qual que é a possibilidade de disponibilizar ou
801 parte ou integridade do estudo também ou alguma conclusão né, até mesmo no campo lá dos
802 relatórios da SEMAD né, preenche de forma virtual, que aí pode ser uma fonte de pesquisa
803 aí para os interessados né. **Breno – Empresa SET** – Certo. **Cássio Araujo – Gestor**
804 **Ambiental SEMAD** – Os produtos daí, do PN1, do Alto do Rio Paranaíba, eles tão
805 disponíveis no site eletrônico da SEMAD, www.meioambiente.mg.gov.br. **Não se**
806 **identificou** – Então, já tá disponível, então né. **Cássio Araujo – Gestor Ambiental**
807 **SEMAD** – Sim. **Athaíde – MP** – Não. Tá ótimo porque essa publicidade vem a calhar,
808 vamos dizer assim, a informação técnica pode interessar para a sociedade civil, para a
809 população em geral. Só mais um detalhe aí que é esclarecedor também, então essa avaliação



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

810 ambiental integrada, ela aconteceu previamente a qualquer interesse efetivo da instalação da
811 unidades de geração de energia, foi essa, esse o monte que foi conferido né. **Cássio Araujo**
812 – **Gestor Ambiental SEMAD** – Como é que funciona. Quando a gente começou a fazer a
813 AI né, lá em 2014, foi o ano base da AI, alguns processos na bacia já encontravam-se em
814 andamento, outros já concluídos e alguns que nem iniciaram ainda. A DN 175, que é a
815 legislação que permeia os estudos de avaliação ambiental integrada, tem um dispositivo lá
816 que prevê, quando a AI, obrigatória pelo estado de Minas Gerais né e houve um despacho,
817 falando que no PN1 seria obrigatório a realização da IA, todos os processos da bacia ficam
818 sobressados, ficam paralisados, então, as SUPRAMS paralisam a análise de licenciamento e
819 isso é retomado, após a AI ser acatado e as apresentações serem feitas na URC. **Não se**
820 **identificou** – Perfeito. **Pedro – SEDA** – Primeira vez que eu tô acompanhando porque a
821 gente teve, a gente inseriu ao sistema, ao SISEMA, enfim, aos colegiados ambientais tem
822 pouco tempo, a partir do início do ano e Geraldinho veio na última. **Não se identificou** –
823 Isso. **Pedro – SEDA** – Reunião, Geraldinho e era, fazia parte do IGAM, foi Sub Secretário,
824 foi pro IGAM e veio pra Secretaria de Desenvolvimento Agrário e tocou no suplente dele.
825 Eu queria perguntar dois pontos, o primeiro referente ao financiamento desse estudo, foram
826 esses empreendedores que financiaram, eu não sei, se tem algum problema falar, mas eu
827 queria ter a dimensão do custo e do impacto disso, do valor desse estudo e da fonte do
828 recurso, só pra entender um pouco dentro disso. E segundo, se existe um pouco,
829 concordando com o Tonhão, foi muito genérico, seja diretrizes, seja os impactos sócio
830 ambientais, no sentido de que olha, vai chegar o desenvolvimento, vai ter alguma relação de
831 geração econômica e etc., mas se tem no estudo geral algum geral algum impacto sobre
832 agricultura familiar especificamente. Cada bacia dessa tem um impacto grande pra produção
833 e pro acesso a água daqueles agricultores familiares que estão a jusante, nem que tão ali
834 depois e etc. Então, eu queria entender e normalmente os conflitos ambientais surgem daí, a
835 maioria dos conflitos ambientais surgem dessa questão da falta de água e dos impactos
836 produtivos daquelas comunidades, então, se no estudo já avançou pra uma análise desse
837 ponto ou continua nesses dados secundários de impacto e etc. Então, seria esses dois pontos
838 que eu queria abrir pro diálogo, obrigado. **Tiago – Minas PCH** – Com relação ao patrocínio
839 aí da Ai, foram as empresas, são essas 3 empresas que patrocinaram esse AI. As condições
840 comerciais que a gente teve a época, eu até nem me recordo aqui, mas, fosse a valores de
841 hoje, eu imagino que uma AI, como a gente não tem dados primários de coleta, tudo é feito
842 com base em dados secundários né, imagens de satélite, ligações em Prefeituras e tudo mais.
843 Hoje, estaria na ordem de 400 a 500 mil reais uma AI desse porte, mais ou menos isso. **Não**
844 **se identificou** – A questão, se a gente avançou né, na questão dos conflitos, a informação
845 dos conflitos, tudo, como o Tiago falou, a gente fez esse trabalho com base em dados
846 secundários, então em dados disponíveis aí tanto de órgãos oficiais, quanto de estudos
847 ambientais que estavam em andamento. Só lembrando que a avaliação ambiental integrada
848 não, eu não licencio o empreendimento, o que eu falei anteriormente, tem que passar pelo
849 licenciamento ambiental, que é quando você vai dar um foco naquela área que você vai
850 implantar o empreendimento, então ali você vai focar e vai detalhar todas as informações, tá.
851 É uma coisa que eu acho que o Cássio pode até falar nisso, eles tão discutindo na SUPRAM
852 hoje em mudar essa DN né, Cássio e, talvez, com dados primários nas próximas, estão se
853 pensando nisso e, realmente, é uma coisa que agregaria muito, mas a DN não exige a coleta
854 de dados primários tá, a DN atual. **Cássio – SEMAD** – É importante frisar que esse estudo
855 de AI do PN1, ele foi analisado pela nossa diretoria lá na SEMAD, ele foi protocolado na
856 SEMAD, foi enviado pela nossa diretoria, diretoria de estudos e projetos ambientais e lá foi
857 feito a análise de estudo, se estava observando o disposto no termo de referência, anexo a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

858 DN COPAM 175, foram pedidos 3 complementações, ele foi protocolado em 2015 e teve
859 parecer de final de 2016 ainda, pedindo complementação e, após todas as complementações,
860 foi emitido um parecer técnico favorável e com base nesse parecer o Secretario de Meio
861 Ambiente emitiu uma resolução aprovando o estudo. Então, ele foi analisado pela nossa
862 diretoria, ok. Quanto a proposta de revisão da DN 175, de fato, a gente tá minutando uma
863 nova... nova deliberação, mas ainda tá em estágio inicial e será aberto a discussão dentro do
864 Conselho Estadual de Política Ambiental. **Não se identificou** – Só colaborando com o que o
865 Cássio colocou e com o que o Breno colocou. A gente pôde participar de outras avaliações
866 ambientais integradas dentro do estado de Minas Gerais e a gente vê que isso tá sendo uma
867 evolução contínua do trabalho. Primeiro aí na bacia de Santo Antônio, que é um rio afluente
868 da bacia do Doce, foi feito pela UFU. Depois, foi feito a ida do sócio Rio Grande que é da
869 DO4, é um afluente também da bacia do Rio Doce e a gente nota a melhoria contínua desses
870 trabalhos né, que a DN é uma das deliberações normativas relativamente recente, nós tamos
871 falando aí de 2012 e essa alteração aí com certeza vai vim pra tentar somar né, informações
872 técnicas, dados primários de campo, participação da sociedade, como o Antônio Eustáquio
873 colocou, que eu acho que é fundamental. Existem outros estados aí, onde já existe essa
874 participação da sociedade durante a elaboração da AI, então eu acho que essa evolução, ela
875 foi continuada, então o objetivo dessa, aí do PN1, ele não para por aqui né, vão vir outras AI
876 por aí que podem ser uma evolução natural desses trabalhos. **Major Luis Alves -16ª Meio**
877 **de Trânsito** – Eu corroboro com as palavras do Tonhão, aproveitar que o doutor Ataíde tá
878 aqui, que ele é o Coordenador da bacia do Alto Paranaíba. O que a gente percebe é o
879 seguinte, principalmente, ao que se refere aos recursos hídricos, que é um bem infinito né,
880 esses empreendedores aí, quase sempre a satisfação em interesses pessoais, eu não tô
881 falando especificamente vocês da área de energia não, mas, inclusive, os agricultores aqui da
882 região, a gente percebe assim, que eles utilizam um bem coletivo, eu vou ousar dizer que
883 alguns aqui conhecidos tão, talvez, até bilionários e a gente não percebe nenhuma contra
884 partida pra sociedade, comunidade, como um todo. Eu acho que tá na hora da gente começar
885 a avaliar esse tipo de situação e pensar nas gerações futuras né. Qual é a contra partida que
886 esse pessoal tá dando em se utilizando um bem coletivo, que é um bem da coletividade,
887 principalmente, os recursos hídricos, que esse ano eu revejo que, inclusive, nós vamos ter
888 diversos conflitos por água aqui em toda região Noroeste de Minas, eu não tô falando
889 especificamente do projeto de vocês, do estudo não, mas, de forma geral. **Não se identificou**
890 – Só pra comentar uma questão, essas usinas, as usinas maiores né que são chamadas UHS,
891 é o caso de Serra do Facão, de Batalha, Gamella, Davinópolis, que não estão implantadas
892 ainda estas últimas duas, elas tem previstos na lei de SNUC o meio por cento, relativo a
893 compensação ambiental, então meio por cento referente ao valor do investimento é
894 destinado a unidade de conservação preferencialmente que estejam localizadas na região.
895 Então, é uma oportunidade das unidades de conservação existentes e até locais, onde não
896 existem, pra que seja criado e fomentada unidade de conservação pra que realmente venha
897 pra prática essas áreas de conservação. **Athaíde – MP** – É bem vinda a sugestão aí do PM
898 Major Luis Alves né, companheiro de longas datas aí do Ministério Público na área
899 ambiental e recentemente, no mês de fevereiro, nós tivemos aí a participação na cidade de
900 Maceió, junto com a agência Peixe Vivo e junto com a Presidência do Comitê Hidrográfico
901 da Bacia do São Francisco né, captando aí pro jornalista, pela pessoa popular do Donivaldo
902 né, que tem um conhecimento grande da área e ele... da área ambiental e hídrica né, vamos
903 dizer aí. E houve uma certa cobrança o porquê de que cada bacia hidrográfica né, seja, ser
904 setor do Paracatu, do Urucuia né, ainda não estabeleceu a cobrança pelo uso do recurso
905 hídrico, então, na calha do São Francisco, salvo melhor consideração, acredito que é ¼ de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

906 centavo por metro cúbico, isso aí tem dado uma arrecadação, salvo engano, sem precisão de
907 dados, é claro né, de cerca de 20 milhões de reais por ano, então, eu acho que... Claro, que o
908 Ministério Público é só uma voz né, já que se fala em coletiva, aproveitando aí o que o Luis
909 Alves falou, é hora aí de se pensar aí que cada Comitê possa estabelecer sua agência
910 executiva, a qual determina a lei federal e estabelecer os critérios aí pra discutir a cobrança,
911 a melhor forma de racionalizar e democratizar o acesso aí da água e como uso de bem
912 coletivo é a questão porque aporte aí na questão do agronegócio, aporte também na geração
913 de energia elétrica né, então, aproveitando a sociedade civil aqui que tá participando é hora
914 de pensar em discutir essa questão aqui na... Vamos dizer assim, até na questão do alto rio
915 né, quando a referência a região nossa pelos colegas aí de Maceió, lá fala em baixo rio, que
916 já tem essa cobrança, já tem um monitoramento maior, através da cobrança e nós aqui do
917 alto rio precisamos estabelecer a questão da agência executiva e demais requisitos da
918 legislação federal pra estabelecer essa cobrança aí né. **Antônio Eustáquio – MOVER –**
919 **Doutor**, só pra informar pro senhor e pro pessoal aqui. O Comitê do Paracatu já tá discutindo
920 a questão de cobrança e na última plenária nossa, no mês passado, nós tiramos uma diretriz
921 que é no sentido de... lá tava presente o Presidente do Urucuia, que é o Zé Américo,
922 companheiro nosso aqui da URC, tiramos umas diretrizes de realizarmos os próximos dias
923 uma reunião conjunta dos dois Comitês exatamente pra apurar essa discussão a respeito da
924 cobrança. Bom, eu já que vocês falaram muito em conflito aí, eu quero perguntar aqui aos
925 presentes, se alguém tem notícia de algum lugar aqui na nossa região que não tem conflito
926 pelo uso de água, que não tem? Uma coisa é o que tem na realidade, outra coisa é o decreto
927 que o estado emite entendeu, então, isso é generalizado no país a fora, a gente roda e tá
928 vendo isso. Eu acho que se a gente não tiver um estudo desse, com dados primários,
929 detalhadíssimo, nós vamos criar um conflito sem precedentes e a bomba vai estourar dentro
930 das URCS, dentro dos órgãos de licenciamento, a polícia vai acabar os cabelos e tudo,
931 entendeu porque a situação é complicada e quanto mais a gente vai conversando sobre isso,
932 a hora que o pessoal vai entendendo, a gente vai esmiuçar e a gente vai ficar uma semana
933 pontuando os problemas né. Eu tô vendo aí lá no Paranaíba, a gente discute muito a respeito
934 da questão da usina lá do Mundo Novo, você mesmo falou aí, o pessoal só não vai montar
935 isso lá por causa dos irrigantes porque lá tá em pé de guerra, eu vi agora, foi decretado, foi,
936 teve uma resolução agora que a prioridade de uso de água na bacia do São Marcos é pra
937 irrigação, nós já estamos com problema de sobra naquela região e, por isso, que não tem
938 nenhum empreendedor que quer entrar num salseiro daquele porque, se o pessoal de Batalha
939 soubesse que ia acontecer o que aconteceu lá, eles não tinham entrado, encarado Batalha
940 não, a usina de Batalha não. Então, fica aí essa questão e outra coisa que eu queria comentar
941 rapidamente. Você falou sobre os recursos que vão pra cumprir o que tá na lei SNUC,
942 Sistema Nacional de Unidade de Conservação, beleza. Só que o recurso que tem entrado
943 pelo estado a fora tá indo pra regularização fundiária e aí pega um recurso que entra aqui,
944 eles manda lá pro Sul de Minas né, pra resolver problema lá, é o que a gente já tentou várias
945 vezes, nós temos uma unidade de conservação em Paracatu, que protege os mananciais e o
946 abastecimento da COPASA que abastece Paracatu. Aqui, nós não estamos vendo recurso
947 vindo pra cá, vai pra não sei aonde né, então, é um problema, eu não sei, como é que nós
948 vamos resolver porque daqui a uns dias, vai ficar irreversível, Paracatu hoje já faz
949 racionamento, não tô dizendo escondido, mas camuflado de água na cidade há um bom
950 tempo já né, e a sociedade não vê, mas a gente que é mais ou menos dentro da área, a gente
951 está percebendo isso e o caos tá instalado. Em Paracatu mesmo, tem um representante da
952 COPASA aqui que, se ele entrar em detalhes, eles vão mostrar através de números que nós
953 estamos num problema seriíssimo na cidade, irreversível né, então, eu espero que a gente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Secretaria Executiva

954 chegue nos dados primários brevemente, o estado não devia ter aprovado essa apresentação
955 que foi feita porque eles agem só dentro da politicagem, não agem tecnicamente,
956 politicamente correto, então, jogam a bomba lá na mão da sociedade pra estourar aqui e na
957 própria sociedade, tá bom. Fica essas considerações, tô fazendo isso pra alertar e pra que o
958 pessoal lembre do que a gente tá colocando aqui agora pra que no futuro a gente não tenha
959 maiores problemas aqui dentro. **Afonso – Presidente** – Ok. Mais alguém? Muito obrigado
960 pela excelente apresentação, agradeço a vocês. Eu vou seguir, eu vou conceder a palavra
961 para o gestor ambiental da SEMAD, Cássio Fernandes, por favor, Cássio. **Cássio – SEMAD**
962 – Eu queria falar um pouco sobre a revisão da DN COPAM 175 que, atualmente, é feita
963 apenas uma reunião técnica e informativa com os Conselheiros da URC, como essa que
964 aconteceu agora e a nossa proposta é que seja feita umas duas consultas ao longo da
965 elaboração da AI com a sociedade pra que legitime mais esse processo, não seja algo apenas
966 informativo, ok. Essa que é a nossa proposta. **Afonso – Presidente** – Ok. Obrigado. Eu,
967 vamos encerrar, eu declaro, então, encerrada a 91ª Reunião Ordinária da Unidade Colegiada
968 Noroeste de Minas, obrigado a todos e um bom retorno.